



# **Programa de Fortalecimento da Protecção Social- KWENDA, *P169779***

## **PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS (PEPI)**

**DEZEMBRO 2022**

## Acrónimos

ACC	Associação Construindo Comunidades
ACSS	Centro Africano de Estudos Estratégicos
ADECOS	Agente de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário
ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AEDA	Associação de Empregadas Domésticas de Angola
AF	Agregado Familiar
AGT	Administração Geral Tributária
AKz	Moeda nacional-Kuanza angolano
ANGOP	Agência Angola Press
APDCH	Aliança para a Promoção do Desenvolvimento da Comuna do Hoji Ya Henda
ASSOGE	Associação Observatório de Políticas Públicas na Perspectiva do Género
ATM	Caixa Electrónico
BUAP	Balcão Único do Empreendedor
CASI	Centro de Acção Social Integrado
CARITAS ANGOLA	Federação de Entidades de Acção Caritativa e Social da Igreja Católica em Angola
CICA	Conselho de Igrejas Cristã em Angola
CSU	Cadástro Social Único
DMAS	Direcção Municipal da Acção Social
DW	Development Workshop
DPJD	Direcção Provincial da Juventude e Desportos
EAS/AS	Exploração e Abuso Sexual e Assédio Sexual
ENFOTESS	Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social
FADA	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário
FAPED	Federação Angolana de Pessoas com Deficiência
FMEA	Federação da Mulher Empreendedora de Angola
FMJIG	Fórum das Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
FCRI	Fundo Comunitário Rotativo de Inclusão Produtiva
FSA - África	Fundo de Solidariedade Africano – Instituição Financeira Multilateral
FUNDAÇÃO	Organização não Governamental de Intervenção Comunitária
CODESPA	
FLM	Federação Luterana Mundial
GASFIG	Gabinete de Acção Social, Família e Igualdade de Género
GoA	Governo de Angola
GPL	Governo Provincial de Luanda
IDL-FAS	Instituto de Desenvolvimento Local – FAS

IDR	Inquérito de Despesas e Receitas
IEIA	Igreja Evangélica dos Irmãos em Angola
IEC	Estratégia - Informação, Educação e Comunicação
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEFOP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
IPPM-M	Índice de Pobreza Multidimensional
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IRT	Imposto sobre Rendimento do Trabalho
MAS	Municipalização da Acção Social
MASFAMU	Ministério da Acção Social Família e Promoção da Mulher
MAPTESS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MAT	Ministério da Administração do Território
MBAKITA	Missão de Beneficência Agropecuária do Kubango, Inclusão, Tecnologia e Ambiente
MCS	Meios de Comunicação Social
MCTA	Ministério da Cultura Turismo e Ambiente
MED	Ministério da Educação
MEP	Minsitério da Economia e Planeamento
MGR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MINAGRIF	Ministério da Agricultura e Florestas
MINEA	Ministério da Energia e Águas
MINFIN	Ministério das Finanças
MINJUSDH	Ministério da Justiça e Direitos Humanos
MININT	Ministério do Interior
MINSA	Ministério da Saúde
MINTRAS	Ministério dos Transportes
MINTTICS	Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social
MOSAP	Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Comercialização
NAS	Normas Ambientais e Sociais
NU	Nações Unidas
OCADEC	Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
OCBs	Organizações Comunitárias de Base
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONG	Organizações Não Governamentais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPSA	Observatório Político e e Social de Angola
OSC	Organizações de Sociedade Cível
OSISA	Fundação Open Society
PAPE	Programa de Promoção da Empregabilidade
PCPDR	Programa de Combate a Pobreza e Desenvolvimento Rural

PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
PGMO	Procedimentos de Gestão de Mão-de-Obras
PFPS-KWENDA	Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social – KWENDA
PIAs	Partes Interessadas e Afectadas
PI	Partes Interessadas
PIB	Produto Interno Bruto
PIIM	Plano Integrado de Intervenção nos Municípios
PMA	Plataforma Mulheres em Acção
PNADECOS	Política Nacional do Agente de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Per capita por pessoa
PREI	Programa de Reconversão da Economia Informal
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPME	Quadro de Política das Minorias Etnolinguísticas
ROT	Recursos Ordinários do Tesouro
RNA	Rádio Nacional de Angola
SCD	Sociedade de Crédito Directo
SFTP	Secure File Transfer Protocol
SIIPS	Sistema de Informação Integrado de Protecção Social
SINSE	Serviço de Inteligência e Segurança do Estado
SNPS	Sistema Nacional de Protecção Social
SPREC	Sistema de Participação e Gestão das Reclamações
TSM	Transferência Social Monetária
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência Internacional Americana para o Desenvolvimento
US\$	Dólar americano
VBG	Violência Baseado no Género
WV	Visão Mundial

## Índice

<b>Acrónimos</b> .....	<b>2</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>II DESCRIÇÃO DO PFPS-KWENDA</b> .....	<b>10</b>
<b>2.1 Componentes do Projecto</b> .....	<b>10</b>
<b>2.2 Beneficiários do Projecto</b> .....	<b>13</b>
2.2.1 Critérios de selecção dos beneficiários .....	13
<b>III IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES ENVOLVIDAS</b> .....	<b>15</b>
<b>3.2. Grupos ou indivíduos vulneráveis</b> .....	<b>19</b>
<b>3.3. Resumo das necessidades das Partes Interessadas Afectadas (PIAs) do Projecto</b> .....	<b>19</b>
<b>V PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS</b> .....	<b>35</b>
<b>5.1 Métodos de Envolvimento</b> .....	<b>35</b>
<b>5.2. Proposta de estratégia para divulgação de informação</b> .....	<b>36</b>
<b>5.3. Estratégia proposta para consulta</b> .....	<b>38</b>
<b>5.4. Proposta de estratégia para incorporar a visão dos grupos vulneráveis</b> .....	<b>39</b>
5.4.1 Estratégia para envolver grupos vulneráveis .....	40
<b>5.5. Linha do tempo</b> .....	<b>40</b>
<b>5.6 Futuras Fases do Projecto</b> .....	<b>41</b>
<b>VI RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR AS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS</b> .....	<b>41</b>
<b>6.1. Recursos</b> .....	<b>41</b>
<b>6.2. Gestão de funções e responsabilidades</b> .....	<b>42</b>
<b>VII MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES (MGR)</b> .....	<b>43</b>
<b>7.1 Sistema de Participação e Reclamações (SPEREC)</b> .....	<b>43</b>
<b>7.1.1 Canais/Níveis de comunicação</b> .....	<b>44</b>
<b>7.2.2 Fluxo de gestão e tratamento das ocorrências</b> .....	<b>45</b>
<b>7.2.3 Gestão de dados das ocorrências</b> .....	<b>46</b>
7.2.3. 1 Cuidados a ter no registo das queixas & reclamações .....	46

<b>7.3.2 Instruções de uso do SPEREC .....</b>	<b>49</b>
<b>VIII. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS .....</b>	<b>50</b>
8.1. Envolvimento de partes interessadas nas actividades de monitorização .....	50
8.2. Feedback às Partes Interessadas (PI).....	52
<b>Anexo 1 – Tabela nº 14 - Stakeholders Identificados .....</b>	<b>53</b>
<b>Fase de Implementação: Refere-se ao período de Maio de 2020 a Maio de 2022 .....</b>	<b>59</b>
<b>Fase de Reestruturação: Refere-se ao período de revisão dos documentos do Projecto (Maio-Junho de 2022).....</b>	<b>60</b>
<b>Anexo 3 – Tabela nº 15 - Plano de Acção para Envolvimento das Partes Interessadas (PI).....</b>	<b>70</b>
ANEXO 4: Formulários de Registo de Ocorrências .....	74

## Lista de Tabelas e Gráficos

Tabela nº1	Centros de Acção Social Integrada (CASI) a reabilitar
Tabela nº 2	Municípios do Projecto e incidência de pobres (hh)
Tabela nº 3	Principais Partes Interessadas e Afectadas (PIAs) no Projecto a serem consultadas
Tabela nº 4	Necessidades das Partes Interessadas (PI)
Tabela nº5	Envolvimento das PIAs nas fases de preparação e planeamento
Tabela nº 6	Envolvimento das PIAs na fase de pmlmentação
Tabela nº 7	Síntese do Envolvimento das PIAs no processo de consulta pública na fase de reestruturação (2022)
Tabela nº 8	Estratégia para consulta das PI
Tabela nº 9	Orçamento Anual Estimado do PEPI
Tabela nº 10	Equipa de Gestão do PEPI
Tabela nº 11	Qualificador do SPEREC
Tabela nº 12	Mapa acumulado das ocorrências registadas no SPEREC no período de Maio 2020-Maio 2022
Tabela nº 13	Indicadores para a monitorização das actividades
Tabela nº 14	Stakeholders Identificados
Tabela nº 15	Plano de Acção para Envolvimento das PI
Gráfico nº1	Fluxograma de Gestão e Tratamento das Ocorrências

## INTRODUÇÃO

O Governo de Angola (GoA) está a desenvolver um novo modelo de crescimento socioeconómico, mais inclusivo, baseado na protecção social dos mais pobres e vulneráveis, ao mesmo tempo que apoia a diversificação da economia. O modelo existente, baseado na riqueza petrolífera, atingiu os seus limites, no que concerne à redução da pobreza e a promoção da prosperidade partilhada. Para apoiar este novo modelo de desenvolvimento, o GoA iniciou o desenvolvimento de um Sistema de Protecção Social, orientado para o combate à pobreza, que está a apoiar as famílias mais pobres e vulneráveis, na gestão e reforço dos seus investimentos em capital produtivo e humano.

Neste contexto, o GoA recebeu do Banco Mundial (BM) um empréstimo no valor de US\$ 320 milhões para implementar o Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social - KWENDA (Projecto P169779)<sup>1</sup>, cujos objectivos são de reforçar a capacidade do Sector de Protecção Social, para implementar medidas de mitigação da pobreza, de curto e médio prazo, que: (i) permitam aumentar a capacidade aquisitiva e financeira das famílias, com o provimento de uma renda mensal para famílias pobres, em áreas seleccionadas e que (ii) ajudem a estabelecer um Sistema Nacional de Protecção Social eficaz.

O PFPS-KWENDA, foi aprovado pelo Banco Mundial em Julho de 2019 e tornou-se efectivo no final de Janeiro de 2020, tendo as intervenções de terreno iniciado em Maio do referido ano. A data de conclusão está prevista para o final de Outubro de 2023. O Projecto é coordenado por uma Comissão Intersectorial, presidida pela Ministra de Estado para Área Social e a sua implementação está a cargo do Instituto de Desenvolvimento Local-FAS.

O GoA, vê o PFPS-KWENDA como uma estratégia para a mitigação e redução da pobreza e vulnerabilidade no País. A realização desta visão do Governo, tem exigido uma operacionalização do Projecto, enquanto ferramenta de protecção social e de luta contra a pobreza a médio e longo prazo, e não apenas como um apoio monetário temporário, razão pela qual, implementa de forma integrada 4 componentes, nomeadamente: **(i) Transferências Sociais Monetárias (TSM)** - que permite a atribuição de uma renda mensal de 8.500,00 (entregues trimestralmente) a cada agregado familiar por via de três modalidades (cartão multicaixa, telefone ou cash); **(ii) Inclusão Produtiva (IP)**, que visa apoiar iniciativas económicas e produtivas das famílias seleccionadas; **(iii) Municipalização da Acção Social (MAS)** – que procura fazer chegar os serviços de acção social mais próximo dos cidadãos, através dos Centros de Acção Social Integrados CASI; e, **(iv) Cadastro Social Único (CSU)**, que visa fortalecer a plataforma que reúne dados dos cidadãos em situação de pobreza e vulnerabilidade no País.

Em termos da sua abrangência, o Projecto prevê atingir até 1.608.000 agregados familiares (AF), dos quais 1.000.000 estão a ser apoiados pelo empréstimo do BM, no montante de US\$ 320 milhões e os restantes 608.000

---

<sup>1</sup> Designado de “Programa de Fortalecimento à Protecção Social-KWENDA” no Decreto Presidencial n.º 125/20 de 4 de Maio



AF, deverão ser financiados, pelos recursos ordinários do GoA, num montante de US\$ 100 milhões, perfazendo um total de US\$ 420 milhões.

Durante os primeiros dois (2) anos de implementação (Maio 2020 – Maio 2022), o Projecto se expandiu para as 18 províncias do País, 54 municípios, 196 Comunas, 8 396 aldeias e bairros. A intervenção do Projecto apresenta resultados e impactos relevantes no actual contexto, em alinhamento com os macros objectivos de desenvolvimento local e combate à pobreza, dos quais se podem destacar: Cadastramento de 829 486 AF; Transferências monetárias directas à 592 212 AF; Integração de 16.924 beneficiários directos (84.620 indirectos) em actividades geradoras de rendimento, nos domínios da agricultura, pecuária, pescas, artesanato, corte e costura, moto-táxi, dentre outros;

Para dar continuidade e garantir a sustentabilidade destes resultados e impactos, o IDL-FAS sugeriu: (a) reestruturação do Projecto para incluir o financiamento da reabilitação dos CASI; (b) extensão do cronograma do projecto até ao fim de Setembro de 2025; (c) inclusão do PFPS-KWENDA como programa estratégico do GoA contra a pobreza, no Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27; e (d) desenvolvimento em conjunto com o Banco Mundial de uma nota conceptual sobre a institucionalização (incluindo as suas implicações para a concepção do projecto) e alargamento do PFPS- KWENDA a todos os municípios do país, permitindo a integração de categorias sociais específicas (crianças, doentes, deficientes e idosos), bem como, a inclusão de áreas peri-urbanas com múltiplas vulnerabilidades.

A reabilitação dos CASI implicará a realização de obras de construção civil. Estas obras, embora se prevejam de pequena escala poderão, por hipótese, gerar riscos e impactos ambientais e sociais indesejáveis, caso não sejam adoptadas medidas de mitigação adequadas. A realização destas obras não está prevista na actual configuração do Projecto, pelo que a sua inclusão no âmbito da reestruturação, determina a necessidade de se rever os instrumentos ambientais e sociais preparados para o Projecto, de forma a incluir as provisões necessárias para garantir a adequada gestão dos riscos e impactos sociais e ambientais, potencialmente gerados por essas obras civis.

O presente Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), produzido de acordo com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do BM, apresenta o processo planeado de consulta e envolvimento das Partes Interessadas (PI), descrevendo uma abordagem sistemática para o engajamento das PI que ajudará a desenvolver e manter um relacionamento construtivo com as mesmas ao longo da duração do Projecto. O documento também inclui um esboço de um mecanismo de gestão de reclamações (MGR), designado no âmbito deste PFPS-KWENDA de “Sistema de Participação e Gestão das Reclamações (SPEREC)” para que as partes interessadas possam apresentar as preocupações sobre o Projecto.

Para além do PEPI, o GoA preparou os seguintes documentos requeridos pelo QAS do Banco Mundial:

- Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS);
- Procedimentos de Gestão da Mão-de-Obra (PGMO);
- Quadro de Política das Minorias Etnolinguísticas (QPME);

Plano de Prevenção e Resposta aos Riscos de Exploração e Abuso Sexual (EAS)/Assédio Sexual (AS) (apresentado em anexo ao QGAS). Os comentários a este PEPI ou sobre o Projecto podem ser encaminhados a:

<b>Comissão intersectorial de Coordenação do Programa KWENDA</b> , através do Grupo Técnico de Acompanhamento (Att. Secretário de Estado para Acção Social, através do Centro de Contactos do MASFAMU: <a href="http://www.masfamu.gov.ao/CentroContactos.aspx">http://www.masfamu.gov.ao/CentroContactos.aspx</a> Avenida Hojy Ya Henda nº 177, Luanda-Angola	<b>FAS-Instituto de Desenvolvimento Local:</b> Director Belarmino Jelembi <a href="mailto:belarmino.jelembi@fas.co.ao">belarmino.jelembi@fas.co.ao</a> Av. Pedro de Castro Van-Dúnem, Rua do IFAL, Edifício Central, 3º Andar, Luanda
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## II DESCRIÇÃO DO PFPS-KWENDA

### 2.1 Componentes do Projecto

O PFPS-KWENDA conta com as seguintes componentes, abaixo descritas (*para informação mais completa sobre o projecto, veja Quadro da Gestão Ambiental e Social do projecto*):

**Componente 1: Programa de transferência de dinheiro para agregados familiares pobres.** O principal objectivo desta componente é conceber e implementar um programa temporário de transferência de renda que visa mitigar o impacto da reforma de subsídios sobre as populações pobres (abaixo de dois quintis) com a meta de atingir um milhão de famílias. As transferências em dinheiro durariam 12 meses e o valor da transferência mensal por Agregado Familiar seria de 5.500 Akz com uma frequência bimensal, tendo sido o valor mensal alterado para 8.500,00 Akz, de três em três meses num valor acumulado de 25.500,00 AKz, conforme Decreto Presidencial nº 125/20 de 4 de Maio. O dinheiro está a contribuir para ajudar as famílias a melhorar o acesso à bens e serviços, à medida que se ajustam outros programas complementares de protecção social, no nível local. A realização das transferências de dinheiro estão a fazer emergir um mecanismos/ferramenta de entrega directa de renda, que está em fase de consolidação e que poderá vir a ser utilizado por outros programas de protecção social a médio prazo no País. Os mecanismos de entrega, estão a formar os alicerces do sistema SNPS. A componente inclui duas sub componentes:

**(i) Componente 1.A: Principais sistemas de entrega permanente para implementar programas de protecção social.**

(ii) Componente 1.B: Programa de transferência de dinheiro.

**(b) Componente 2:** Desenvolvimento de um sistema permanente de redes de segurança cujo objectivo específico é fortalecer a capacidade do MASFAMU, do IDL-FAS e instituições parceiras responsáveis por atividades em assistência social nos níveis central, provincial e municipal para implementar o Projecto de transferência de renda e construir os pilares básicos de um sistema de protecção social adequado. Esta componente inclui três subcomponentes:

**(i) Componente 2.A: Espera-se que esta subcomponente aumente o apoio à reforma de subsídios e ajude a ampliar o espaço político para a sua implementação.**

**(ii) Componente 2.B: Estabelecimento de um sistema eficaz de redes básicas de segurança, apoiando investimentos em capital produtivo e humano.** No âmbito da reestruturação do projecto, prevê-se que o PFPS-KWENDA venha a financiar a reabilitação e apetrechamento de infraestruturas, identificadas pelas Administrações Municipais para a implantação de 37 CASI, conforme descrito na Tabela nº 1.

Tabela nº 1: Centro de Acção Social Integrada (CASI) a reabilitar

N/O	COMUNA	MUNICÍPIO	PROVÍNCIA
1	Sede	Nambuanguo	Bengo
2	Sede	Bula Atumba	Bengo
3	Sede	Cubal	Benguela
4	Sede	Caimbambo	Benguela
5	Sede	Cambulo	Lunda Norte
6	Sede	Caungula	Lunda Norte
7	Sede	Lóvua	Lunda Norte
8	Sede	Cuango	Lunda Norte
9	Sede	Luchazes	Moxico
10	Sede	Camanongue	Moxico
11	Sede	Bibala	Namibe
12	Sede	Camucuo	Namibe
13	Sede	Ambaca	Cuanza Norte
14	Sede	Golungo Alto	Cuanza Norte
15	Sede	Cacolo	Lunda Sul
16	Sede	Dala	Lunda Sul
17	Sede	Muconda	Lunda Sul
18	Sede	Cangola	Uíge
19	Sede	Mucaba	Uíge
20	Sede	Songo	Uíge
21	Sede	Nóqui	Zaire
22	Sede	Tomboco	Zaire
23	Sede	Cuamba	Bié
24	Sede	Nharea	Bié

25	Sede	Camacupa	Bié
26	Sede	Buco Zau	Cabinda
27	Sede	Ekunha	Huambo
28	Sede	Cachiungo	Huambo
29	Sede	Quirima	Malanje
30	Sede	Calandula	Malanje
31	Sede	Cuangar	Cuando Cubango
32	Sede	Dirico	Cuando Cubango
33	Sede	Cuchi	Cuando Cuango
34	Sede	Rivungo	Cuando Cuango
35	Sede	Quienda	Cuanza Sul
36	Sede	Namacunde	Cunene
37	Sede	Curoca	Cunene

A reabilitação das infra-estruturas CASI existentes é um aspecto importante da qualidade do fornecimento destas actividades. A reestruturação proposta incluirá o financiamento da reabilitação das infra-estruturas existentes dos CASI ao abrigo da componente 2(b). Isto inclui obras civis ligeiras dentro da pegada física existente dos CASI e facilitará a entrega de actividades tais como: (a) espaços seguros para vítimas de violência contra mulheres e crianças; (b) registos de nascimento e acesso a bilhetes de identidade; e (c) reparação de queixas e registos no CSU. Tal reabilitação irá melhorar a vida física dos CASI, e, por conseguinte, a sua utilidade a longo prazo num sistema nacional de rede de segurança permanente. Além da reabilitação dos 37 CASI, o Projecto fornecerá apoio em meios de trabalho a 60 CASI para actividades que ajudem a fortalecer os vínculos dos beneficiários com serviços de desenvolvimento humano, tais como: (i) campanhas móveis de registo de nascimento e acesso à bilhetes de identidade; (ii) processos de sensibilização às famílias, promovidos por ADECOS, onde se fornecem incentivos e informações às famílias beneficiárias para reintegrar crianças/jovens no ensino, prevenir o casamento e a gravidez precoce na adolescência, ter acesso a serviços de saúde materno-infantil e reprodutiva, prevenir mortes maternas e neo-natais; (iii) feiras de saúde, apoio a vítimas de Violência Baseada no Género (VBG), inclusão social de adolescentes e jovens, apoio à pessoa idosa e a pessoa com deficiência. Uma lista de actividades elegíveis (lista positiva) será desenvolvido no manual operacional para projectos comunitários de baixo custo. Os municípios com um CASI estabelecido apresentarão uma carteira de projectos comunitários orçamentada ao IDL-FAS, com as actividades a serem apoiadas, seguindo os procedimentos descritos no manual de operacional para esta intervenção. O IDL-FAS aprovará o plano e concederá meios e equipamentos em bloco aos CASI para implementar tais intervenções listadas no Plano. Despesas elegíveis para o CASI sob esta componente incluem: materiais informativos para as campanhas, materiais de campo para os ADECOS, assistência técnica, material gastável, reabilitação e apetrechamento de infraestruturas, além dos meios e materiais específicos para os projectos comunitários. Os apoios no âmbito desta componente serão desembolsados com base em metas e condições a serem definidas no manual de operações para projectos comunitários. O IDL-FAS, entrará em acordo com os municípios participantes detalhando as obrigações dos mesmos de manter os registos adequados sobre os meios e recursos disponibilizados, fornecer os respectivos relatórios de progresso, bem como garantir a assumpção das despesas de pessoal e custos administrativos para o bom funcionamento dos CASI. O Projecto

também fornecerá assistência técnica para melhorar os órgãos de coordenação multisectorial e interdisciplinar do sector social, a nível local. A MAS e intervenções de capital humano, têm também o objectivo de reforçar a capacidade dos actores públicos do sector social MASFAMU, IDL-FAS, GASFIG, Administrações Municipais e instituições parceiras, a nível central, provincial e municipal, para continuar a construir um sistema nacional, adequado de redes de protecção social. Em termos de impacto social e ambiental, ressalta-se que os CASI, principal ferramenta para materialização desta componente, serão implantados em infra-estruturas já existentes, que beneficiarão de obras de reabilitação. Este é um tema de atenção prioritária, para prevenir e garantir que possíveis riscos e impactos ambientais e sociais, sejam acautelados e mitigados, como por exemplo: agravamento de processos erosivos; geração de resíduos; ruídos (poluição sonora); aumento do consumo de energia; desperdício de água; poluição do solo, água e ar; doenças sexualmente transmissíveis; choques culturais; gravidez precoce e/ou indesejada; fuga à paternidade e violência baseada no género.

**Componente 3: Gestão de projectos. apoiará o estabelecimento de uma unidade de apoio à implementação de projetos para apoiar o IDL-FAS e o MASFAMU na implementação das actividades do projeto.**

## **2.2 Beneficiários do Projecto**

Os beneficiários directos do Projecto incluem (i) 1.608.000 AF, em situação de pobreza e vulnerabilidade, que estão a participar na componente de transferência de dinheiro do Programa, actualmente em 46 municípios seleccionados no país, podendo este número aumentar significativamente, até ao final da intervenção do projecto; (ii) famílias beneficiárias que participam em actividades de inclusão produtiva e económica em municípios seleccionados; (iii) uma estimativa de 600.000 famílias beneficiárias, que serão atingidas pelas actividades de capital humano, através dos CASI apoiadas pelo Projecto, e (iv) Pessoal do IDL-FAS e MASFAMU/GASFIG e pessoal dos municípios de diferentes sectores (até 2000) que participarão em acções de formação e visitas de estudo específicas financiadas pelo Projecto.

### **2.2.1 Critérios de selecção dos beneficiários**

Os beneficiários das transferências monetárias são as famílias pobres (nos dois quintis inferiores) que vivem nos 164 municípios com o maior número de pobres rurais do país. Os AF serão visados através de uma combinação de direccionamento geográfico – focalização geográfica (bairros mais pobres nos municípios seleccionados), direccionamento individual através do cadastramento domiciliar universal e validação comunitária, institucional e técnica. Os beneficiários das transferências monetárias são cadastrados e inscritos no programa em 6 fases diferentes até ser atingido o número total de 1 milhão e seiscentos e oito mil de famílias beneficiárias.

Os beneficiários das actividades da Componente 2 (inclusão produtiva e apoio ao desenvolvimento do capital humano), estão a ser seleccionados entre as famílias que recebem as transferências monetárias e através de critérios de selecção para inclusão produtiva, nomeadamente, idade activa e capacidade produtiva.

Os beneficiários da MAS, através dos CASI, são seleccionados entre os beneficiários das TSM, mas também incluem outros membros da comunidade não elegíveis para TSM, mas que necessitam das intervenções de capital humano, Uma vez que os CASI identificam os obstáculos mais salientes ao desenvolvimento humano nos municípios e as respectivas intervenções prioritárias. Por exemplo, se um CASI decidir concentrar-se no apoio ao acesso à identificação de crianças e adultos sem registo civil ou bilhete de identidade, o alvo é estabelecido de acordo com o número de membros do AF sem identificação, conforme reportado nos questionários do cadastramento, se se concentrarem na informação e incentivos para as raparigas adolescentes permanecerem na escola, o alvo depende do número de raparigas de 13-18 anos de idade entre os agregados familiares beneficiários nesse município. Se se concentrarem na promoção da saúde materno-infantil segura, o alvo depende do número de mulheres grávidas, famílias com crianças menores de 2 anos de idade ou crianças desnutridas. Espera-se que 50 por cento dos AF tenham membros a participar nestas actividades.

Na Tabela nº 2 apresentam-se os actuais municípios alvo do PFPS-KWENDA, tendo em conta a incidência de pobres (hh) nos municípios urbanos e rurais em Angola, com maior incidência nos quintis 3,4 e 5.

Tabela nº 2: Municípios alvo do Programa e incidência de pobres (hh)

Província	Município	IPM-M	Contribuição para o nº de pobres	AF Pobres	Quartil
Bengo	Bula Atumba	0,514	0,086	2 863	3
	Dembos Quibaxi	0,404	0,160	6 560	2
	Nambuagongo	0,544	0,406	12 550	3
Benguela	Caimbambo	0,575	0,605	13 874	4
	Cubal	0,553	1,910	59 160	4
	Chongoroi	0,590	0,580	15 029	4
Bié	Andulo	0,483	1,560	38 958	3
	Camacupa	0,511	0,936	32 570	3
	Chitembo	0,575	0,514	26 000	4
	Cuamba	0,595	0,376	10 570	4
	Nharea	0,506	0,779	19 593	3
Cabinda	Belize	0,462	0,113	1 540	2
	Buco Zau	0,365	0,156	4 781	1
	Cabinda	0,127	1,177	134 910	1
Cuando Cubango	Cuanger	0,607	0,187	6 021	5
	Cuito Cuanavale	0,642	0,284	8 140	5
	Cuchi	0,661	0,298	8 880	5
	Dirico	0,591	0,097	3 218	4
	Rivungo	0,607	0,187	6 099	5
Cuanza Norte	Ambaca	0,523	0,377	13 560	3
	Banga	0,451	0,061	2 300	2
	Golungo Alto	0,337	0,157	7 480	1
	Quiculungo	0,381	0,053	1 900	2
Cuanza Sul	Ebo	0,530	1,063	35 910	3
	Cassongue	0,511	0,942	40 717	3
	Quilenda	0,556	0,641	13 400	4
	Seles	0,575	1,225	23 535	4
Cunene	Curoca	0,753	0,287	7 187	5
	Namacunde	0,612	0,896	23 630	5

	Ombadja	0,663	2,046	53 680	5
Huambo	Bailundo	0,425	1,620	80 670	2
	Catchiungo	0,451	0,696	23 010	2
	Ecunha	0,407	0,452	13 709	2
	Londumbale	0,453	0,777	28 824	4
	Mungo	0,496	0,688	29 010	5
Huíla	Cacula	0,630	0,955	30 666	5
	Gambos	0,618	0,547	13 940	5
	Humpata	0,572	0,556	16 340	4
	Quilengues	0,607	0,507	20 331	4
Luanda	Icolo e Bengo	0,383	0,458	16 151	2
	Quiçama	0,435	0,138	5 991	2
Lunda Norte	Caungula	0,636	0,197	5 510	5
	Cambulo	0,575	0,778	20 408	4
	Cuango	0,554	1,190	38 470	4
	Lóvua	0,656	0,092	2 973	5
Lunda Sul	Cacolo	0,625	0,218	6 890	5
	Dala	0,604	0,205	6 290	4
	Muconda	0,624	0,232	6 960	5
Malanje	Calandula	0,557	0,535	16 968	4
	Cambundi Catembo	0,661	0,326	6 219	5
	Luquembo	0,646	0,384	9 989	5
	Quirima	0,684	0,150	4 687	5
Moxico	Camanongue	0,572	0,226	6 016	4
	Luchazes	0,683	0,101	14 010	5
	Luau	0,493	0,545	21 890	3
Namibe	Bibala	0,627	0,421	11 930	5
	Camucuio	0,712	0,345	10 040	5
	Virei	0,702	0,218	6 568	5
Uíge	Cangola	0,603	0,376	11 960	4
	Mucaba	0,548	0,293	7 644	4
	Songo	0,426	0,349	12 520	2
Zaire	Cuímba	0,384	0,374	14 310	2
	Noqui	0,455	0,138	3 935	2
	Nzeto	0,345	0,208	9 220	1
	Tomboco	0,377	0,230	6 045	2

### III IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES ENVOLVIDAS

Os beneficiários directos do PFPS-KWENDA incluem (i) 1.000.000 agregados familiares (AF), em situação de pobreza e vulnerabilidade, que estão a participar na componente de transferência de dinheiro do Programa, actualmente em **54** municípios (47 com cadastramento e pagamento realizado e 7 apenas com cadastramento) num universo de 62 municípios seleccionados no país, podendo este número aumentar significativamente, até ao final da intervenção do Projecto. Entretanto, há o compromisso do Governo de financiar com recursos do ROT mas 608.000 AF; (ii) famílias beneficiárias que participam em actividades de inclusão produtiva e económica em municípios seleccionados; (iii) uma estimativa de 600.000 famílias beneficiárias, que serão atingidas pelas actividades de capital humano, através dos CASI apoiadas pelo Proframa, e (iv) Pessoal do IDL-FAS e

MASFAMU/GASFIG e pessoal dos municípios de diferentes sectores que participarão em acções de formação e visitas de estudo específicas financiadas pelo Projecto.

Os beneficiários das transferências monetárias são as famílias pobres (nos dois quintis inferiores) que vivem nos 164 municípios com o maior número de pobres rurais do país. Os AF são seleccionados através de uma combinação de direccionamento geográfico – focalização geográfica (bairros mais pobres nos municípios seleccionados), direccionamento individual através do cadastramento domiciliar universal e validação comunitária, institucional e técnica.

Os beneficiários das transferências monetárias são cadastrados e inscritos no programa em 6 fases diferentes até ser atingido o número total de 1 milhão e seiscentos e oito mil de famílias beneficiárias.

Os beneficiários das actividades da Componente 2 (inclusão produtiva e apoio ao desenvolvimento do capital humano), estão a ser seleccionados entre as famílias que recebem as transferências monetárias e através de critérios de selecção para inclusão produtiva, nomeadamente, os chefes do AF ou seus dependentes que cumpram com os seguintes requisitos: a) renda per capita diária abaixo de 283,3 kzs; b) idade activa (15-60 anos); c) capacidade produtiva; d) adesão a iniciativas de produção colectiva; e) mulher (Priorização) e; f) pessoa portadora de deficiência. Além disso, devem responder aos seguintes critérios de acesso: (i) adesão ao exercício de uma actividade produtiva, cooperativa e prestação de serviço organizada (Grupo de cooperativas locais/comunitário, escola de campo, associação, cooperativa, grupo de poupança ou banco comunitário) e; (ii) Constituição do Fundo Rotativo de Inclusão (retorno de 50% do montante do apoio depois de 12 meses, em cash ou espécie). A implementação da componente de IP obedece aos seguintes passos: (i) Identificação do público-alvo no SIIPS (idade activa, actividade ocupacional e profissão); (ii) Cadastramento adicional dos restantes membros pré-cadastrados no SIIPs (Outros membros da família); (iii) Estabelecer parcerias com actores locais; (iv) Divulgação das listas com os nomes propostos; (v) Divulgação das listas definitivas dos beneficiários da IP; (vi) Organizar os potenciais beneficiários por actividade produtiva, rotas, aglomerados, sítios, portos, praças e turmas (marinheiros de 1ª viagem); (vii) Mini diagnóstico sobre a situação actual dos potenciais beneficiários, identificação de potencialidades locais e mapeamento de fornecedores locais; (viii) Provisão de treinamento de forma colectiva no local de actividade (On job training) incluindo conteúdos sobre associativismo, cooperativismo e economia solidária e formação técnica e profissional; (ix) Constituição da comissão comunitária de avaliação e aprovação de projectos; (x) Elaboração conjunta dos projectos de Inclusão Produtiva (IP); (xi) Validação dos projectos pela comissão constituída para o efeito; (xii) Aquisição e entrega de activos a nível local, em observâncias aos procedimentos de *procurement* do BM; (xiii) Arranque dos projectos (acto público). Em todas as fases de implementação é realizado o diálogo comunitário ou visitas domiciliarias aos candidatos, no sentido garantir uma mensagem e comunicação fluida.



Os beneficiários da MAS através dos CASI, são seleccionados entre os beneficiários das TSM, mas também incluem outros membros da comunidade não elegíveis para TSM, mas que necessitam das intervenções de capital humano, Uma vez que os CASI identificam os obstáculos mais salientes ao desenvolvimento humano nos municípios e as respectivas intervenções prioritárias. Por exemplo, se um CASI decidir concentrar-se no apoio ao acesso à identificação de crianças e adultos sem registo civil ou bilhete de identidade, o alvo é estabelecido de acordo com o número de membros do agregado familiar sem identificação, conforme reportado nos questionários do cadastramento, se se concentrarem na informação e incentivos para as raparigas adolescentes permanecerem na escola, o alvo depende do número de raparigas de 13-18 anos de idade entre os agregados familiares beneficiários nesse município. Se se concentrarem na promoção da saúde materno-infantil segura, o alvo depende do número de mulheres grávidas, famílias com crianças menores de 2 anos de idade ou crianças desnutridas. Espera-se que 50 por cento dos agregados familiares tenham membros a participar nestas actividades.

A Tabela nº 3 foi actualizada com base na experiência dos dois anos (Maio 2020-Maio 2022) de implementação do Programa para garantir que nenhuma Parte Interessada e Afectada (PIAs) seja excluída, podendo-se encontrar com mais detalhe no Anexo 1.

**Tabela nº 3 – Principais (PIAs) no Projecto a ser consultadas**

Partes interessadas que podem ser afectadas, direta ou indiretamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ População e sociedade civil em geral</li> <li>▪ Assembleia Nacional</li> <li>▪ Beneficiários e não beneficiários em municípios seleccionados</li> <li>▪ Grupos sociais vulneráveis (por exemplo, idosos, pessoas com deficiências, crianças, pessoas analfabetas, autóctones incluindo, mas não se limitando aos Khoisan, mulheres)</li> <li>▪ <u>Ministérios envolvidos na comissão intersectorial:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Ministra de Estado da Acção Social do Presidente da República</li> <li>○ Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)</li> <li>○ Ministro da Administração do Território (MAT)</li> <li>○ Ministro das Finanças (MINFIN)</li> <li>○ Ministro da Justiça e Direitos Humanos</li> <li>○ Ministro da Agricultura e Pescas</li> <li>○ Ministro do Comércio e Indústria</li> <li>○ Ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social</li> <li>○ Ministra da Saúde</li> <li>○ Ministra da Educação</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ <u>Grupo Técnico da Comissão Intersectorial:</u> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretário de Estado das Finanças e Tesouro;</li> <li>• Secretária de Estado da Administração do Território;</li> <li>• Secretário de Estado para Acção Social;</li> <li>• Secretária de Estado para a Justiça</li> <li>• Secretário de Estado para a Agricultura e Pescas</li> <li>• Secretário de Estado para o Comércio</li> <li>• Secretário de Estado para a Comunicação Social</li> <li>• Secretário de Estado para a Saúde Pública</li> <li>• Secretário de Estado para o Ensino Pré-escolar</li> <li>• Director Geral do IDL-FAS</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministra de Estado para Área Social da Presidência da República</li> <li>▪ Ministério das Finanças (MINFIN)</li> <li>▪ Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)</li> <li>▪ Ministério da Administração do Território (MAT)</li> <li>▪ Ministério da Comunicação Social</li> <li>▪ IDL-FAS</li> <li>▪ Governos Provinciais e Administrações locais</li> <li>▪ Banco Nacional de Angola</li> <li>▪ Bancos Comerciais</li> <li>▪ Agentes Locais de Pagamento</li> <li>▪ Meios de Comunicação</li> <li>▪ Sociedade Civil Organizada (OSC)</li> <li>▪ Instituições Académicas</li> <li>▪ Igrejas, lideranças tradicionais</li> <li>▪ Fazedores de opinião</li> <li>▪ Agregados Familiares e Comunidades</li> </ul>

Partes interessadas que podem ser afectadas, direta ou indiretamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Secretária de Estado para os Assuntos Sociais da Presidência da República</li> <li>▪ Governos Provinciais e Administrações Locais</li> <li>▪ Agências das Nações Unidas (UNICEF, OIT, PAM)</li> <li>▪ Bancos comerciais, Agências de Pagamento, correspondentes bancários, comerciantes locais envolvidos ou não em pagamentos a beneficiários</li> <li>▪ Organizações não-governamentais (ONGs) operando em nível nacional, provincial e local:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>ADRA NACIONAL</li> <li>APDCH</li> <li>CARITAS ANGOLA</li> <li>CICA</li> <li>FLM</li> <li>MBAKITA</li> <li>OACADEC</li> <li>PMA</li> <li>FUNDAÇÃO PIEDOSO</li> <li>CODESPA</li> <li>WV</li> <li>DW</li> <li>ACADIR</li> </ul> </li> <li>▪ Meios de comunicação (MCS)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Director do Instituto Nacional de Estatística - INE</li> <li>▪ IDL-FAS e as suas delegações provinciais;</li> <li>▪ Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social (ENFOTESS)</li> <li>▪ Municípios, comissões de moradores, autoridades tracionais, Formadores e Supervisores dos ADECOS, ONG's, OCB's, OBF's</li> <li>▪ Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS)</li> <li>▪ Bancos comerciais, Agências de Pagamento, correspondentes bancários, comerciantes e operadoras de telefonia móvel</li> <li>▪ Agentes da ordem pública</li> <li>▪ Agregados Familiares e Comunidades</li> </ul>	

### **3.1.1 Stakeholders Institucionais**

As PI institucionais do Projecto são principalmente as seguintes: Ministra de Estado para os Assuntos Sociais, MINFIN, MASFAMU, MAT, IDL-FAS (Instituição responsável pela Implementação de Projecto).

### **3.1.2 Governo Local**

Os governos provinciais, as administrações municipais, comunais e distritais e as comissões de moradores que têm seus próprios poderes executivos, legislativo e judiciário. Os municípios governam no nível da aldeia e são importantes interessados no Projecto. Além disso, as autoridades tradicionais são parte importante do Programa, em matéria de selecção das aldeias e bairros, certificação, comprovação da elegibilidade dos beneficiários e a sua mobilização. São igualmente relevantes na vida local e nas discussões e tomadas de decisão sobre questões locais.

### **3.1.3 Organizações Não-Governamentais (ONGs)**

A participação de ONGs locais, nacionais e internacionais tem sido importante para a implementação do PEPI ao longo do ciclo de vida do Projecto. Estes têm estado a incluir organizações que trabalham diretamente nos sectores de proteção social, saúde, educação, economia e produção, bem como outros sectores relacionados. Além disso, existem ONGs em Angola que trabalham especificamente com as comunidades Khoisan e outros grupos étnicos vulneráveis. O seu envolvimento como participantes do projecto tem sido fundamental para o apoio em actividades complementares ao Projecto.

### **3.2. Grupos ou indivíduos vulneráveis**

Fazem parte das PIAs pelo PFPS-KWENDA, os Grupos sociais vulneráveis que incluem mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes, pessoas analfabetas, bem como minorias etnolinguísticas (ME) carentes, como os Khoisan no sul de Angola. No período de Agosto a Outubro de 2021, o IDL-FAS levou a cabo um processo de consulta a estes grupos, com o objectivo de fazer o levantamento de informações chave para dar suporte ao trabalho a ser realizado nos municípios em que se encontrem comunidades tradicionais (Khoisan, Vátuas, subgrupos do grupo bantu, como caçadores-colectores, pastoris, agro-pastoris e comunidades nómadas, particularmente nas províncias do Cuando Cubango (Cuito Cuanavale, Baixo Longa), Cunene (Ombadja, Curoca), Huíla (Cacula) e Namibe (Virei). Em geral, esses grupos sociais enfrentam obstáculos à participação em reuniões de consulta pública; mesmo que participem de reuniões comunitárias, eles podem não entender os impactos do projecto apresentados, devido a barreiras de comunicação (ou se sentir inibidos devido a seu status na comunidade) e, portanto, nem sempre são capazes de expressar livremente suas preocupações e interesses sobre o projecto. Considerando este aspecto, a consulta procurou facilitar, através da sensibilização, uma participação de qualidade destes grupos, que incluiu a tradução linguística.

Algumas pessoas, notavelmente pessoas com baixos níveis de alfabetização, não conseguem se comunicar facilmente na língua oficial (português). Assim, eles podem precisar ser consultados em línguas nacionais específicas de cada região. O PEPI leva em conta a abordagem dessas limitações identificadas, de modo a assegurar que todas as PI, particularmente as pessoas afectadas pelo Projecto, sejam incluídas e apoiadas para superar as limitações que enfrentam e participar do processo de consulta.

### **3.3. Resumo das necessidades das Partes Interessadas Afectadas (PIAs) do Projecto**

As necessidades das PIAs foram e continuarão a ser discutidas durante as consultas e estão a ser actualizadas após as consultas e inseridas na Tabela nº 4 abaixo.

Tabela nº 4 – Necessidades das Partes Interessadas (PI)

Partes Interessadas	Características chave	Necessidades específicas (línguas, outras)	Meios de notificação preferidos	Mensagens chave
Deputados e Governantes dos Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais envolvidos	Assembleia Nacional Comissão intersectorial Departamentos Ministeriais	Língua Oficial Power Point Folhetos, Vídeos	Eventos de advocacia Missões de media ao terreno Peças veiculadas nos MCS Debates radiofónicos e televisivos Publicações	Demonstrar na prática a viabilidade e relevância da abordagem Transferências Sociais Monetárias não contributivas, enquanto mais um instrumento eficaz de inclusão social, realização de direitos sociais e económicos e operacionalização da Política Nacional de Acção Social, como efeito multiplicador
Autoridades governativas locais	O Administrador Municipal e o seu elenco, as autoridades tradicionais, supervisores dos ADECOS, líderes de opinião (professores, enfermeiros, empresários, parteiras tradicionais, líderes políticos, cívicos e religiosos), membros das comissões de moradores, etc. São eles que têm o papel de dirimir os conflitos nas comunidades e/ou mobilizá-la nos seus esforços de desenvolvimento nos vários domínios. Nessa condição têm também o poder de veto, podendo efectivamente diminuir ou bloquear o impacto daquelas iniciativas das quais desconfiem ou não estejam de acordo.	Língua Oficial Power Point Folhetos, Vídeos	Eventos de advocacia Debates radiofónicos e televisivos Publicações Comunicação institucional	<u>Uma abordagem comunicacional específica que:</u> - os transforme em aliados dos objectivos do Projecto, seja nos seus pronunciamentos públicos, bem como na sua acção de governação; - Consolide as relações de colaboração, empatia, credibilidade e confiança; - Advogue para que as acções do Projecto e a integração socioeconómica das famílias beneficiárias sejam parte do Plano de Desenvolvimento Municipal.
As famílias e comunidades beneficiárias do Programa são parte dos últimos escalões dos quintil mais vulnerável.	- Pessoas que pela sua condição social têm pouco acesso aos recursos mínimos necessários para a sua sobrevivência. No que respeita à Comunicação, essa inacessibilidade traduz-se em pouco ou contacto com os órgãos de comunicação mediados, no sentido tradicional do termo (rádio, televisão, jornais, media digital, etc.). A sua condição de vulnerabilidade remete-os ao uso, quase exclusivo, de meios de comunicação interpessoais. - A população dedica-se à actividade agrícola e/ou pecuária e comércio informal. -Aproximadamente um quarto da população adulta (taxa de alfabetismo da população adulta em 2014, 66,03%) de Angola não lê e não escreve <sup>2</sup> , e muitos cidadãos falam apenas línguas locais. - Cobertura da rádio nacional de	Uso de línguas locais - varia de uma aldeia para outra  As actividades de campo estão a ser previamente concertadas e as reuniões agendadas com as comunidades. estão a ocorrer, preferencialmente, em horários que não afectem a sua rotina diária.	Rede comunitária -líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e ADECOS  Encontros de discussão com as famílias beneficiárias e não beneficiárias  Dramatização Visitas domiciliare Retro alimentação a nível comunitário (método de observação)	- Promove-se um diálogo comunitário que elimine os factores de vulnerabilidade e aumente, por via do potenciamento de conhecimentos, atitudes e práticas que facilitem o acesso das famílias beneficiárias a recursos que as ajudem a sair da linha da pobreza.  - Explica-se que o Projecto se enquadra na Estratégia de Protecção Social de famílias vulneráveis do Governo de Angola.

<sup>2</sup> Angola Taxa de Alfabetismo, adultos, 1960-2021 - [knoema.com](http://knoema.com)

	Angola (RNA) a todo o país (sedes municipais e algumas aldeias)			
As famílias não elegíveis	São aquelas que não beneficiam directamente do Projecto e são susceptíveis de sentimentos de exclusão e discriminação que é necessário esbater, principalmente tendo em conta que muitas delas estão também em condições de vulnerabilidade, embora não tão acentuada como as beneficiárias directas. Dali que é necessária uma acção de comunicação específica, que tem sido feita com apoio dos ADECOS, para que elas não só não se constituam num elemento perturbador das actividades do Projecto, como contribuam positivamente para o seu sucesso. Levar as famílias não elegíveis a compreender que o projecto vem apoiá-las no cuidado das famílias mais vulneráveis e que o processo trás recursos externos que ficam na comunidade e geram benefícios para todos das comunidades (inclusão produtiva, geração de renda e empoderamento das famílias).	Uso de línguas locais - varia de uma aldeia para outra  As actividades de campo estão a ser previamente concertadas e as reuniões agendadas com as comunidades. estão a ocorrer em horários que não afectem a sua rotina diária.	Rede comunitária -líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e ADECOS  Encontros de discussão com as famílias beneficiárias e não beneficiárias  Dramatização Visitas domiciliare Retro alimentação a nível comunitário (método de observação)	- Sensibilizar para que contribuam positivamente para o seu sucesso Projecto e não se constituam num elemento perturbador;  - Ressaltar os benefícios indirectos para a comunidade em geral com a eliminação dos níveis de maior pobreza, na medida em que as famílias mais vulneráveis acabam, de uma ou de outra forma, constituindo um “peso” para o resto da comunidade.
Minorias étnicas desfavorecidas (Khoisan, autóctones)	Cultura e língua distintas, frequentemente marginalizadas pela Sociedade	Idiomas locais, variando de um grupo para outro	Meios culturalmente apropriados de notificação - provavelmente através de um intérprete comunitário (autoridades tradicionais, ADECOS, líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.)	Práticas culturais distintas implicam necessidades específicas - a serem identificadas no QPME Os San dominam as línguas nacionais faladas pelos povos vizinhos
Outros grupos vulneráveis	Mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, residentes que integram o grupo-alvo do Projecto, incluindo os putentes dos CASI	Idiomas locais, variando de um grupo para outro	Autoridades tradicionais, ADECOS, líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.), técnicos dos CASI	- Explica-se que o Projecto se enquadra na Estratégia de Protecção Social de famílias vulneráveis do Governo de Angola que, tem em atenção as necessidades específicas de cada grupo;  - Destaca o papel dos CASI no referenciamento destes a outros serviços e Programas do Governo
Lideranças Comunitárias (Comissões de moradores, autoridades tracionais)	- Formas de organização com algum poder de influência nas comunidades. - As Comissões de moradores são, com mais frequência, encontradas nos municípios urbanos e periurbanos	Podem-se encontrar pessoas com fluência em língua portuguesa, sendo sempre necessário o uso de línguas locais	Encontros de discussão com as lideranças comunitárias	- Potenciar as lideranças comunitárias, para que se transforme em aliados e, nos seus pronunciamentos públicos, bem como na sua acção de dirimir os conflitos na comunidade, se constituam aliados do Projecto.

				- Garantir que a comunicação consolide as relações de colaboração, empatia, credibilidade e confiança
--	--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------

Sociedade e líderes de opinião de nível nacional e internacional	Consideram-se como parte deste grupo os órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros, incluindo os líderes de opinião que nela intervêm, os órgãos centrais de instituições relevantes, partidos políticos, agências bilaterais, multilaterais e corpo diplomático.	Fluência em língua portuguesa, sendo útil o recurso a algumas línguas estrangeiras (inglês, francês, espanhol)	Eventos de advocacia Missões de media ao terreno Peças veiculadas nos MCS Debates radiofónicos e televisivos Publicações	Demonstrar na prática a viabilidade e relevância da abordagem do Projecto, enquanto mais um instrumento eficaz de inclusão social por efeito multiplicador.
ONG's, OCB's, OBF's	Consideram-se parte deste grupo: ONGs, geralmente com representações nas capitais de províncias, mas com intervenções de base comunitária que não fazem a cobertura total da província ou até mesmo de um município.	Os seus representantes e técnicos falam fluentemente a língua portuguesa e dominam as línguas nacionais locais	Eventos de advocacia Missões de media ao terreno Peças veiculadas nos MCS Debates radiofónicos e televisivos Publicações	
	- Organizações de base comunitária, geralmente com algum poder de influência junto das autoridades locais (Administração Municipal, autoridades tradicionais) e junto das comunidades; - Ambas estão vocacionadas para a acção social em prol das comunidades em que estão implantadas, podendo ser potenciais parceiros para algumas iniciativas do Projecto (desenvolvimento do capital humano).	Podem-se encontrar pessoas com fluência em língua portuguesa, sendo sempre necessário o uso de línguas locais	Rede comunitária, rádio, Comunicação Institucional (nos casos em que sejam prestadores de serviços no âmbito do desenvolvimento do capital humano)	
ADECOS	- Pessoas eleitas pelas comunidades que têm a responsabilidade de fazer o interface entre os agregados familiares, as instituições locais (Administração Municipal, CASI) e a equipa do Projecto	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local	Rede comunitária, rádio, telefone, convocatória	Sendo um interlocutor chave no projecto é importante proporcionar-lhes um profundo domínio sobre as abordagens do Projecto, padrões de conduta, para que se constituam em canais de comunicação
Prestadores de serviços de pagamentos	Consideram-se parte deste grupo: <b>1. Agências bancárias e de telefonia móvel</b> - entidades com capacidade para prestar os serviços, devidamente autorizadas pelo Banco Nacional de Angola ou pela entidade pública de licenciamento de telefonia móvel, para o exercício das suas actividades e com existência legal no território da República de Angola.	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local	Comunicação institucional	Uma <u>abordagem comunicacional específica que os transforme em:</u> - Aliados dos objectivos do Projecto, seja nos seus pronunciamentos públicos, bem como na sua acção, adoptando os padrões de conduta vigentes no projecto; - Garantir que a comunicação consolide as relações de colaboração, empatia, credibilidade e confiança
	<b>2. Agentes locais de pagamentos – entidades locais (correspondentes bancários, comerciantes/empresários locais)</b> – entidades com capacidade (humana, financeira, modalidade, segurança), idoneidade para fazer a entrega em numerário aos agregados familiares.			
Agentes da Ordem Pública	Entidade que salvaguarda a segurança da equipa do Projecto e dos agregados familiares durante o processo de pagamento.	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local	Uma abordagem comunicacional específica que os transforme em aliados dos objectivos do Projecto, seja nos seus pronunciamentos públicos, bem como na sua acção, adoptando os padrões de conduta vigentes no Projecto	- É importante garantir que a comunicação consolide as relações de colaboração, empatia, confiança e sentido de responsabilidade

## IV BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS DE ENVOLVIMENTO DAS PIAS

O envolvimento das PIAs tem sido feito no desenho e no decurso da implementação do PFPS-KWENDA, considerando aspectos tais como as condições sociais, ambientais económicas e políticas do País e as características do público-alvo. A estratégia usada resultou de uma combinação de métodos e ferramentas que permitiram um diálogo bidireccional e permanente, com abordagens de diferentes tipos, que transcende os eventos formais e isolados tais como reuniões de divulgação, sensibilização e informação sobre o Programa, reuniões direccionadas com os Departamentos Ministeriais e instituições da sociedade civil quer, de âmbito nacional, provincial e comunitário como internacional, promovendo, a inclusão e participação das PI, em todo o processo e, a diferentes níveis.

Nessa perspectiva, o processo de consulta às PIAs decorreu em três fases, nomeadamente a de **preparação e planeamento, a de implementação e a de reestruturação do Programa**, que são abaixo descritas e cujos resultados estão reflectidos nos quadros nº1,2 e 3 respectivamente. No Anexo 2 constam as actas resumo de alguns dos encontros de consulta realizados.

**Fase de Preparação/ Planeamento:** O processo de consulta às PIAs decorreu no período de Março a Maio de 2019, tendo sido realizadas 3 consultas com um total de 30 participantes, conforme se apresenta na Tabela nº 4. Este teve como principal objectivo informar os participantes sobre a lógica de intervenção do Programa e receber contribuições sobre: (i) os aspectos mais relevantes (focalização geográfica, grupo alvo, estratégia de intervenção); (ii) Recolher opiniões/sugestões, bem como ajudar na identificação de potenciais riscos e sugestões de medidas de mitigação. Mais detalhes sobre o processo de consulta podem ser encontrados no Anexo 1.

**Fase de Implementação:** O processo de consulta às PIAs decorreu desde o arranque da fase piloto (Maio de 2020) até à presente data, tendo sido realizadas 155 sessões de consulta com um total de 1.396 participantes, conforme se apresenta na Tabela nº 5 e teve como principais objectivos (i) fazer o lançamento do Projecto; (ii) conhecer as experiências de trabalho no âmbito da Inclusão Produtiva de outros actores (Departamentos Ministeriais, OSC e fazedores de opinião) e; (iii) divulgar os resultados alcançados pelo Programa.

**Fase de Reestruturação:** O processo de reestruturação prevê a extensão do período de implementação, bem como a incorporação de uma nova actividade – **Reabilitação dos CASI** e a reorganização das componentes com vista a salvaguardar uma melhor visibilização do Programa, havendo para o efeito a necessidade de desencadear um processo de consulta às PIAs nas Províncias e Municípios onde se realizará a reabilitação dos referidos equipamentos sociais. Para o efeito foram realizadas 71 sessões de consulta que contaram com um total de 547 participantes, conforme informação constante na Tabela nº 6. O processo de consulta às PIAs nesta fase teve como finalidade agregar valor ao PFPS-KWENDA e garantir a credibilização e legitimação das iniciativas públicas por entidades e instituições que têm interesse directo na vida das populações mais vulneráveis. Esta visou atingir os seguintes objectivos: (i) Informar as PI sobre a pertinência dos CASI no quadro da Municipalização da Acção Social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento; (ii) registrar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no Programa, com enfoque na MAS/CASI; (iii) Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto; (iv) Recolher as contribuições



e expectativas das partes interessadas e afectadas, que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.

Tabela nº 5 – ENVOLVIMENTO DAS PIAS NA FASE DE PREPARAÇÃO/ PLANEAMENTO  
 SÍNTESE DAS OPINIÕES DAS PARTES INTERESSADAS DURANTE O PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA  
 (MARÇO – MAIO 2019)

ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO DO PROJECTO OBJECTIVOS IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS ABORDADAS	
<b>OBJECTIVOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informar os participantes sobre a lógica de intervenção do Projecto e receber contribuições sobre os aspectos mais relevantes;</li> <li>• Focalização geográfica, grupo alvo, estratégia de intervenção);</li> <li>• Recolher opiniões/sugestões, bem como apoio na identificação de potenciais riscos e sugestões de medidas de mitigação.</li> </ul>	
<b>ACTIVIDADE 1: Encontro com os Departamentos Ministeriais e Governo Provincial de Luanda</b> <b>Data:</b> Março a Maio 2019 <b>Local:</b> Luanda/MASFAMU	<b>PARTICIPANTES DESIGNAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• MEP</li> <li>• MINJUSDH</li> <li>• MAPTSS</li> <li>• MINSA</li> <li>• MED</li> <li>• MINTICS</li> <li>• MINEA</li> <li>• MINTRANS</li> <li>• MIREMPET</li> <li>• MINAGRI</li> <li>• GPL</li> <li>• INE</li> </ul>
	<b>PARTICIPANTES: 12</b>
<b>ACTIVIDADE 2: Encontro com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) de Luanda</b> <b>Data:</b> Março a Maio 2019 <b>Local:</b> Luanda/MASFAMU	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ADRA Angolana</li> <li>• ADRA Intern.</li> <li>• OPSA</li> <li>• ACSS-Comunidades</li> <li>• FMJIG</li> <li>• MBAKITA</li> <li>• UNICEF</li> <li>• PNUD</li> <li>• FNUAP</li> <li>• USAID</li> <li>• FSA – África</li> <li>• DW</li> <li>• CEIC-Angola</li> <li>• CICA</li> </ul>
	<b>PARTICIPANTES: 13</b>

<p><b>ACTIVIDADE 3: Encontro com Fazedores de Opinião</b>  <b>Data:</b> Março a Maio 2019  <b>Local:</b> Luanda/MASFAMU</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Filomena de Oliveira</li> <li>• Guilherme Santos</li> <li>• Filomena de Andrade</li> <li>• Paulo Filipe</li> <li>• Ismael Mateus</li> </ul>
<p><b>PARTICIPANTES: 5</b> 3 homens e 2 mulheres</p>	
<p><b>Total de Consultas:3</b> <b>Total de Participantes:30</b></p>	
<p><b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b></p>	
<p>1.Necessidade de coordenação e sincronização dos Programas que os Ministérios e departamentos relevantes implementam.                  2. É uma boa ideia pilotar primeiro este Projecto em alguns dos municípios (Cacuaco, por exemplo, é uma boa escolha), pois é politicamente arriscado.                  3. A ideia de proporcionar transferências monetárias às mulheres é muito positiva. Estas enfrentam desafios em matéria de igualdade de oportunidades de emprego, cuidados infantis, conflitos/quebras intra-familiares e VBG/EAS, bem como de desigualdade de rendimentos.                  4. Ao seleccionar os 40 municípios para o Projecto, é importante compreender as condições de vida, os preços dos alimentos, os mercados, etc., para avaliar correctamente os níveis de pobreza.                  5. É fundamental fazer análises económicas e sociais sólidas sobre quem são os mais pobres nos 40 municípios do Projecto e a divisão entre zonas urbanas/peri-urbanas e zonas rurais elegíveis.                  6. As comunicações são essenciais para promover a confiança sobre o Projecto e não aumentar as expectativas.                  7.É essencial um mecanismo de reclamações robusto, uma vez que haverá muitas queixas sobre o Projecto, dados os desafios no registo adequado dos beneficiários e os conflitos sobre a elegibilidade para o Projecto.                  8. O programa tem de ser concebido para fornecer o dinheiro de uma forma segura e eficiente, principalmente nas áreas onde não existam bancos.                  9. Os cartões sociais devem ser como cartões de débito e utilizados para necessidades básicas autorizadas.                  6. Alguns riscos a ter em atenção:                  - Captura de elite, caso o Projecto não seja bem concebido, com uma investigação de qualidade e indicadores claros;                  - A privacidade de dados pessoais e conflitos sobre recursos.                  - As pessoas migrarem de zonas rurais para zonas urbanas/peri-urbanas, a fim de terem acesso aos benefícios do Projecto.</p>	

**Tabela nº 6 – ENVOLVIMENTO DAS PI NA FASE DE IMPLEMENTAÇÃO**  
**SÍNTESE DAS OPINIÕES DAS PIAs DURANTE O PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA**  
**(2020 e 2023)**

<p><b>ACTIVIDADES DE LANÇAMENTO E BALANÇO DO PROJECTO</b> <b>OBJECTIVOS IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS ABORDADOS</b></p>	
<p><b>OBJECTIVOS</b>                  - Fazer o lançamento do PFPS-KWENDA                  - Avaliar a fase de início dos primeiros pagamentos às famílias                  - Validar as hipóteses de planeamento (número de agregados familiares a serem cadastrados, número de beneficiários                  - Tarefas e responsabilidades dos actores)</p>	
<p><b>ACTIVIDADE 1: Encontros de Lançamento e Balanço do PFPS-KWENDA</b>  <b>Data:</b> Maio de 2020 a Junho de 2022  <b>Local:</b> 37 municípios onde se realizou o cadastramento</p>	<p><b>ENTIDADES CONSULTADAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Administradores Municipais</li> <li>- Administradores Municipais Adjuntos</li> <li>- Administradores Comunais</li> <li>- Técnicos das Administrações Municipais e Comunais</li> <li>- Representantes de OSC</li> </ul>

	- Representantes de Partidos Políticos - Autoridades Tradicionais <p style="text-align: center;"><b>PARTICIPANTES: 1.110</b> Homens (740), Mulheres (370)</p>
<b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Razões/critérios adoptados para a selecção dos bairros e aldeias.</li> <li>Quando o Projecto se irá estender a outros municípios.</li> <li>Como será feito o cadastramento e quais os critérios de selecção das famílias.</li> <li>Porque razão as autoridades tradicionais não são beneficiários do Projecto;</li> <li>Municípios alvo e expansão territorial;</li> <li>Compreensão sobre as modalidades de pagamento (carão multicaixa, telefone e cash)</li> </ul>	
<b>ACTIVIDADE LANÇAMENTO/TROCA DE EXPERIÊNCIA SOBRE INCLUSÃO PRODUTIVA</b> <b>OBJECTIVOS IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS ABORDADOS</b>	
<b>OBJECTIVOS:</b> Conhecer as experiências de Inclusão produtiva dos parceiros tendo em vista a elaboração da estratégia de IP do Projecto. <b>TEMAS APRESENTADOS/ QUESTÕES:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação geral do PFPS-KWENDA</li> <li>Partilha de experiências pelas instituições presentes;</li> <li>Lições aprendidas</li> <li>Recomendações/sugestões para o IDL-FAS</li> </ul>	
<b>ACTIVIDADE 1: Encontro sobre a abordagem da Inclusão Produtiva</b> <b>Data:</b> 06/10/2020 <b>Local:</b> Luanda	<p style="text-align: center;"><b>ENTIDADES CONSULTADAS:</b></p> Instituição do Governo (MASFAMU, INEFOP) e MINAGRI (Projecto MOSAP) e 10 Organizações da Sociedade Civil (OCADEC, Caritas de Angola, ADRA, ADPP, IEIA, FMEA, CODESPA, FLM) <p style="text-align: center;"><b>PARTICIPANTES: 18</b> <b>(Nº Desagregados Por Género):</b> (10 homens; 8 mulheres)</p>
<b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>A metodologia a adoptar com os parceiros: (i) não se deve restringir aos critérios de orientação e definição dos doadores; (ii) considerar, em primeira instância, a situação económica e produtiva do país e os resultados dos estudos sobre a pobreza multidimensional;</li> <li>Não financiar projectos de grupos de produtores constituídos maioritariamente por membros da mesma família, sob pena de se colocar a sustentabilidade do processo;</li> <li>Ter disponíveis informações sobre as cadeias de valor, fornecedores e mercados;</li> <li>As instituições e organizações presentes mostraram disponibilidade em cooperar com o IDL-FAS na implementação da subcomponente de Inclusão Produtiva.</li> </ul>	
<b>ACTIVIDADES DE LANÇAMENTO E BALANÇO DO PROJECTO</b> <b>OBJECTIVOS IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS ABORDADAS</b>	
<b>OBJECTIVOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentar o balanço do Projecto no município do Songo;</li> <li>Apresentar os próximos passos para o arranque do processo de cadastramento no município do Mucaba</li> </ul>	
<b>ACTIVIDADE 3: Encontros de Balanço do PFPS-KWENDA</b> <b>Data:</b> 23/03/2022 <b>Local:</b> Município do Songo/Província do Uíge	<p style="text-align: center;"><b>ENTIDADES PARTICIPANTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Administradores Municipais</li> <li>Representantes do MININT, SINSE</li> <li>GASFIG</li> <li>Jornalistas (TPA, RNA, ANGOP, Jornal de Angola, Palanca TV, Voz da América)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazedores de opinião</li> <li>Estudantes Universitários</li> <li>Partidos políticos</li> <li>OSC</li> </ul>
	<b>PARTICIPANTES: 45</b> <b>(Nº Desagregados Por Género):</b> Mulheres (12), Homens (33)
<b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior rigor nos critérios de selecção dos beneficiários</li> <li>Para quando a extensão do para toda a Província e para todo o país</li> </ul>	
<b>ACTIVIDADES DE LANÇAMENTO E BALANÇO DO PROGRAMA</b> <b>OBJECTIVOS IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS ABORDADAS</b>	
<b>OBJECTIVOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Reforçar a comunicação e melhorar a compreensão sobre o Programa</li> <li>Garantir maior proximidade e participação dos jornalistas e fazedores de opinião</li> </ul>	
<b>ACTIVIDADE 4: Encontros com Jornalistas e Fazedores de Opinião</b> <b>Data:</b> 16/09/2020 <b>Local:</b> Luanda/Sede do IDL-FAS	<b>ENTIDADES PARTICIPANTES</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Suzana Mendes (F)</li> <li>Mariano Quissola (M)</li> <li>Armindo Laureano (M)</li> <li>Fazedores de opinião:</li> <li>Celso Malovoloneke (M)</li> <li>Economista e Jornalista Carlos Rosado de Carvalho (M)</li> <li>Professor José Octávio Van-Dúnen (M)</li> <li>Historiadora Kamia Madeira (F)</li> <li>Economista Sérgio Calundungo (M)</li> </ul>
	<b>PARTICIPANTES</b> <b>(Nº Desagregados Por Género): 8</b> Mulheres (2), Homens (6)
<b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Maior divulgação do PFPS-KWENDA</li> <li>Encorajaram o IDL-FAS a continuar a velar pela transparência com vista a conferir maior credibilidade ao Projecto junto das populações e dos mais cépticos.</li> </ul>	
<b>ESTUDO SOBRE OS GRUPOS ETNOLINGÜÍSTICOS MINORITÁRIOS</b> <b>OBJECTIVOS IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS ABORDADAS</b>	
<b>OBJECTIVOS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer o levantamento de informações chave para dar suporte ao trabalho a ser realizado nos municípios em que se encontrem grupos etnolinguísticos minoritários (san, Vatwa) e subgrupos do grupo bantu (como caçadores-colectores, pastoris, agro-pastoris e comunidades nómadas).</li> </ul>	
<b>ACTIVIDADE: Levantamento de dados e informações</b> Data: Agosto a Outubro de 2021 Local: Cunene (Ombadja, Curoca), Cuando Cubango (Cuito Cuanavale, Baixo Longa), Huíla (Cacula, Quilengues), Namibe (Virei)	<b>PARTICIPANTES</b> <b>(Nº Desagregados Por Género):</b> -Foram entrevistados um total de <b>156</b> homens e <b>101</b> mulheres - Realizadas um total de <b>17</b> entrevistas sendo <b>71% (12)</b> com instituições públicas e <b>29% (5)</b> com organizações da sociedade civil e <b>21</b> grupos focais (homens, mulheres, jovens)
<b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso deficitário aos serviços sociais básicos (educação, saúde), registo de nascimento, água para consumo humano e abeberamento do gado;</li> <li>• Isolamento</li> <li>• Práticas tradicionais que atentam contra os direitos humanos da mulher e em relação a alguns grupos etnolinguísticos minoritários por parte de funcionários públicos (educação, saúde, polícia) e por povos vizinhos;</li> <li>• A condição de semi-nomadismo faz com que percam os seus territórios para os povos vizinhos, restando-lhes pequenos territórios, geralmente pedregosos e com solos pobres;</li> <li>• Actividades geradoras de renda com pouco valor económico no mercado (cestaria, olaria, fundição de ferro);</li> <li>• Agricultura para consumo em pequena escala. Realização de actividades em regime de subcontratação para terceiros (mal remunerada, geralmente paga em bebidas alcoólicas) e venda ambulante (Vatwa).</li> </ul>	
<b>MAPEAMENTO DE SERVIÇOS DE APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO (VBG)</b> <b>OBJECTIVOS IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS ABORDADAS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mapeamentos dos serviços de apoio às vítimas de VBG nos municípios alvo do Projecto;</li> <li>• Melhorar a percepção sobre a abordagem de casos de VBG pelas instituições afins e a nível das comunidades;</li> <li>• Definir uma estratégia efectiva para acompanhamento e tratamento de casos de VBG no quadro dos Programas/Projectos implementados pelo IDL-FAS.</li> </ul>	
<b>ACTIVIDADE: Levantamento de dados e informações</b> Data: Agosto a Outubro de 2021 Local: Benguela (Chongoroi), Bié (Andulo) Cunene (Ombadja, Curoca), Cuando Cubango (Cuito Cuanavale, Baixo Longa), Cuanza Sul (Ebo, Seles) Huambo (Londuimbale, Mungo), Huíla (Cacula, Quilengues), Luanda (Icolo e Bengo, Quiçama), Namibe (Virei), Moxico (Luau), Zaire (Cuimba)	<b>PARTICIPANTES DESIGNAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO (Nº Desagregados Por Género)</b>  Realizadas <b>30</b> entrevistas com actores-chave, de âmbito Provincial (GASFIG, ONG's) e de âmbito municipal (Administrações Municipais, Direcção Municipal da Acção Social e <b>45</b> grupos focais sendo 27% (12) com autoridades tradicionais, 36% (16) com homens e 38% (17) com mulheres nos bairros/aldeias.  Cobertura geográfica: 10 Províncias <sup>3</sup> e 16 municípios (Andulo, Cacula, Cuito Cuanavale, Chongoroi, Cuimba, Curoca, Ebo, Icolo e Bengo, Londuimbale, Luau, Mungo, Ombadja, Quiçama, Quilengues, Seles e Virei).
<b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Do ponto de vista legislativo e de criação de mecanismos de registo tratamento e acompanhamento de casos de VBG houve avanços significativos, porém há toda a necessidade de salvaguardar que as pessoas ganhem confiança no mecanismo instituído.</li> <li>• -Maior investimento no reforço da capacidade dos municípios em termos de tratamento de casos de VBG, garantindo pessoal especializado para o acompanhamento das vítimas;</li> <li>• Necessidade de criação das condições necessárias para a protecção das vítimas.</li> <li>• A resolução de problemas pelas autoridades tradicionais não é vista da mesma maneira em toda as comunidades. Apesar de continuar a ser uma importante instituição na manutenção da coesão social do grupo, na preservação dos valores da comunidade e na resolução de conflitos, o facto de alguns serviços prestados implicar custos financeiros, materiais ou pagamento em bens como gado retrai as famílias a recorrerem aos seus préstimos.</li> <li>• A protecção às vítimas de VBG deve ser entendida sob duas perspectivas, do ponto de vista de acesso às Unidades Sanitárias, uma vez que a distância das Unidades Sanitárias em relação aos bairros e aldeias vai de ≤ 1Km ou acima de 10 Kms e, do ponto de vista da sua protecção física e psicológica (casas de abrigo).</li> <li>• O uso de práticas culturais que atentem contra os direitos da mulher e que contribuam para o agravamento da situação de pobreza e vulnerabilidade das famílias. A adopção de práticas culturais não discriminatórias passa primeiramente por um melhor entendimento e desenho de uma metodologia adequada para o efeito.</li> <li>• Os projectos comunitários a serem implementados pelos CASI, inclui projectos que contribuam para o empoderamento das mulheres e redução dos casos de VBG na família e na comunidade, que contemplem a criação de grupos de apoio mútuo para as mulheres, bem como campanhas de sensibilização para o tratamento da água.</li> </ul>	
<b>Total de Consultas: 155</b> <b>Total de Participantes: 1.396</b>	

<sup>3</sup> A Província da Lunda Sul participou do mapeamento apenas com dados estatísticos.

Tabela nº 7 – SÍNTESE DO ENVOLVIMENTO DAS PIAS NO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA NA FASE DE REESTRUTURAÇÃO (2022)

<b>CONSULTA 1: OBJECTIVOS IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS ABORDADOS</b>	
<p><b>OBJECTIVOS:</b> (I) Informar a relevância e a pertinência dos CASI no quadro da municipalização da acção social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento; (II) Registrar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no projecto, com enfoque na MAS/CASI; (III) Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto; (IV) Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.</p> <p><b>TEMAS ABORDADOS:</b> a) Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento; b) Perceber a relevância e funcionamento dos CASI no quadro da Municipalização da Acção Social (MAS); c) Obter informações sobre o funcionamento e sustentabilidade dos CASI, tendo presente o processo de reestruturação do Projecto; d) Reforçar os níveis de participação das partes interessadas.</p>	
<p><b>ACTIVIDADE 1: Consulta com os Governos Provinciais sobre a Reestruturação do PFPs-KWENDA</b>  <b>ENTIDADES CONSULTADAS:</b> Vice-governador para a área económica e social e/ou GASFIG, DPJD  <b>Data/Local:</b> Bié (09/06/2022), Cuando Cubango (03/06/2022), Cuanza Norte (09/06/2022), Huila (27/05/2022), Lunda Norte (06/06/2022), Malanje (25/06/2022), Namibe (02/06/2022), Uíge (25/06/2022), Zaire</p>	<p><b>PARTICIPANTES / DESIGNAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</b>  <b>(Nº Desagregados Por Género):</b></p> <p><b>Total de Entrevistas:8</b>                      (5 mulheres e 3 homens)</p>
<b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b>	
<p><b>Relevância do CASI:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Papel importante na prestação dos serviços, na monitorização das situações de vulnerabilidade e nos instrumentos de resposta aos problemas apresentados;</li> <li>-São um indicador de resultado das políticas de protecção social, bem como constituem uma base de dados que permitem organizar os apoios e fazer um atendimento personalizado;</li> <li>- A implantação de novos CASI ajuda no alargamento das respostas; especificamente no tratamento de documentação, apoio aos idosos, pessoas com deficiência, crianças que não frequentam a escola, entre outros problemas que surgem na comunidade;</li> <li>- Os CASI têm trazido ganhos para o município, em particular para as famílias abrangidas pelo Projecto;</li> <li>- As intervenções devem ser realizadas por vários actores como forma de promoção da diversidade de trabalho na área de protecção social e resiliência das comunidades;</li> <li>- Todas as comunas deveriam ter uma estrutura para este apoio social, com quadros adequados ao que se pretende.</li> </ul> <p><b>Reabilitação de infraestruturas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-É reforçado o papel estratégico da reabilitação das infraestruturas para albergarem o funcionamento dos CASI, uma vez que as Administrações têm dificuldades financeiras;</li> <li>- A reabilitação de infraestruturas já existentes para o funcionamento do CASI, é uma boa decisão, mas tem que obedecer aos padrões actuais de construção e deve adaptar-se ao contexto e características das comunidades;</li> </ul>	<p><b>Critérios para a escolha das infraestruturas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- -Os critérios adoptados na escolha da infraestrutura é a proximidade/acesso dos municípios;</li> <li>-Verifica-se que todas as infraestruturas neste momento são da administração, e não há situações de conflito com privados;</li> <li>- Os locais para a implantação são os definidos pelas administrações municipais que podem sempre negociar com a população de acordo com o Plano Director do Município;</li> <li>- Para não haver dispersão de infraestruturas, seria bom integrar os CASI próximo das Administrações, para maior proximidade com as populações (o importante é a comunicação com as famílias);</li> </ul> <p><b>Sustentabilidade dos CASI:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Está clarificado que os CASI são da “responsabilidade” das administrações municipais e devem ser suportados pelos orçamentos dos Municípios; O governo deve continuar a garantir a remuneração dos técnicos do CASI, sendo que estes, são quadros das estruturas locais;</li> <li>- <b>Recursos humanos:</b> devem ser previstos já no plano do Governo para a inclusão nos concursos públicos de quadros para as Administrações Municipais; Hipótese de inserir os técnicos do GASFIG nos municípios para darem resposta ao funcionamento do CASI); Munir de competências os supervisores dos ADECOS existentes nos municípios a fim de colaborarem nos serviços dos CASI; Os ADECOS podem ser aproveitados e capacitados para integrar os quadros da Administração; - Os Profissionais a prestarem serviços nestes equipamentos devem ser uma mais valia naquilo que é a natureza do trabalho social /recrutamento de</li> </ul>

<p>-A Reabilitação é importante pois valoriza o que existe, mas aconselha-se a construção de infraestruturas novas, naquelas localidades onde não existem infraestruturas adequadas para reabilitar.</p> <p>-Revelam como importante e felicitam o IDL-FAS, que no âmbito do programa Kwenda promova a implementação dos CASI nos municípios, por forma a minimizar as dificuldades;</p> <p>-Nos municípios há conhecimento geral sobre o que são estes equipamentos, mas a reestruturação/implementação de novos CASI estão mais ligados ao projecto Kwenda.</p>	<p>profissionais especializados na profissão (Auxiliares da Acção Social, Educadores Sociais e Assistentes Sociais);</p> <p>-Necessidade de dar formação aos técnicos de forma a melhor conduzir as acções;</p> <p>- As despesas de funcionamento bem como os custos de manutenção do equipamento, têm sido cobertas pela administração municipal sempre que solicitado. Não é das melhores, mas tem permitido a progressão dos serviços a um nível considerado.</p> <p>-Garantir que o SIGAS seja alimentado sistematicamente e que se identifique mecanismos para que haja acesso à internet para auxiliar o funcionamento dos CASI;</p> <p>- O Programa nesta fase deve apoiar no recrutamento do pessoal específico qualificado e com habilidades ou perfil técnico adequado (educadores sociais, psicólogos, sociólogos) e dar incentivos para que o pessoal aceite trabalhar onde a municipalização dos serviços é necessária.</p>
<p><b>ACTIVIDADE 2: Consulta com as Administrações Municipais sobre a Reestruturação do PFPS-KWENDA</b></p> <p><b>ENTIDADES CONSULTADAS:</b> Administrador, DMAS, GEPE</p> <p><b>Data/Local:</b> Caimbambo (03/06/2022), Andulo (09/06/2022), Cuito Cuanavale (06/06/2022), Ambaca (07/06/2022), Ecuinha (10/06/2022), Cacula (25/05/2022), Lóvua (26/05/2022), Calandula (25/05/2022), Camuciuo (07/06/2022), Mucaba (25/05/2022), N'Zeto (30/05/2022)</p>	<p><b>PARTICIPANTES / DESIGNAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</b></p> <p><b>(Nº Desagregados Por Género):</b></p> <p><b>Total de Entrevistas: 19</b></p> <p>(12 -homens e 7 mulheres)</p>
<p><b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b></p>	
<p><b>Relevância do CASI</b></p> <p>- O CASI constitui um instrumento de aproximação dos serviços sociais, assegurando assim a municipalização;</p> <p>-Nas situações de implantação consideram que esta estrutura vai ajudar as pessoas vulneráveis na sua formação, integração e vai poder encaminhar para outros serviços;</p> <p>- O CASI é uma infraestrutura que alberga e trata assuntos de vários sectores, isto por si só é um sinal positivo, na medida em que muita das vezes os diferentes serviços e instituições que existem no município não conseguem dar respostas;</p> <p>- Os CASI que estiveram na fase piloto foram beneficiados pelas formações que tiveram sobre a Municipalização e conhecem os moldes do seu funcionamento, mas não está sendo aplicado;</p> <p><b>Reestruturação/reabilitação de infraestruturas:</b></p> <p>- As reabilitações efectuadas até ao momento e de maior conhecimento têm sido assumidas praticamente pelo IDL-FAS(PDL).</p> <p>- A Administração indicou a estrutura para a funcionamento do CASI, tendo em conta a disponibilidade de infraestruturas que o município apresenta, e que estejam sobre gestão do Estado.</p> <p><b>Critérios para a selecção da infraestrutura</b></p> <p>- A localização foi um dos critérios mais assegurados (maior facilidade de acesso, por se encontrarem no centro do município). Valoriza-se a localização dos CASI em todas as comunas e/ou nas comunas Centro;</p> <p>-Em algumas situações a escolha da infraestrutura foi decidida no Conselho de Auscultação Municipal;</p> <p>-A escolha das infraestruturas para os CASI, passou por uma selecção mais cuidada, tendo em conta os critérios de proximidade, condições físicas do edifício;</p>	<p><b>Sustentabilidade dos CASI:</b></p> <p>- Os municípios têm um défice em termos de quadros especializados na área social, com maior incidência na área da acção social, o que existe são técnicos mais virados a acções de apoio a crianças;</p> <p>- A contratação tem que passar pela abertura de vagas na administração municipal;</p> <p>- Necessidade de se dar continuidade as formações e a troca de experiências como foi feito no início deste projecto;</p> <p>- São indicadas algumas hipóteses para as questões da sustentabilidade:</p> <p><b>(i)</b> Remanejamento de pessoal vinculado à Direcção Municipal da Acção Social para a operacionalização do CASI;</p> <p><b>(ii)</b> Importância dos CASI serem unidades orçamentadas, neste momento, não é um equipamento com “autonomia”, por isso a falta de recursos e meios;</p> <p><b>(iii)</b> O CASI deve ter uma chefia própria e não ser um Director da Acção Social;</p> <p><b>(iv)</b> Assunção por parte da administração na planificação e inscrever os CASI como mais um sector/ e repartir os recursos equitativamente, contando com essas despesas;</p> <p><b>(v)</b> O governo pode vir a apoiar os CASI por via do Programa de Combate à Pobreza. (tendo em conta que as respostas são para as pessoas vulneráveis;</p> <p>-O CASI deve ter um estatuto próprio, um organigrama, um orçamento próprio;</p> <p>-Conhecimento do PFPS-KWENDA, e a importância da implementação do CASI nos Municípios nesse âmbito;</p>

	<p>-Verifica-se a necessidade de continuação das acções de formação e capacitação para os actuais técnicos da Direcção Municipal da Área Social sobre a Municipalização da Acção Social, com vista à operacionalização técnica e administrativa da MAS.</p>
<p><b>CONSULTA 2: OBJECTIVOS IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS ABORDADOS</b></p>	
<p><b>OBJECTIVOS:</b> (I) Informar a relevância e a pertinência dos CASI no quadro da municipalização da acção social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento; (II) Registrar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no projecto, com enfoque na MAS/CASI; (III) Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao projecto; (IV) Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.</p> <p><b>TEMAS ABORDADOS:</b> (i) Compreender qual o grau de conhecimento das comunidades locais, sobre a existência e funcionamento dos CASI; (ii) Perceber que tipo problemas são apresentados aos CASI e de que forma são resolvidos e o nível de satisfação sentida; (iii) Entender qual a natureza dos apoios que têm sido prestados às populações mais vulneráveis e quais os meios utilizados pelas populações para resolverem os seus problemas; (iv) Avaliar até que ponto a localização/acessibilidade destes equipamentos pode constituir um impedimento forte de recurso aos serviços; (v) Perceber a relevância da reabilitação de novos equipamentos e qual a percepção que os diferentes grupos têm sobre a implementação dos CASI; (vi) Promover a participação dos grupos mais vulneráveis, e dar particular visibilidade à comunidade SAN.</p>	
<p><b>ACTIVIDADE 3: Consulta com as Autoridades Tradicionais sobre a Reestruturação do PFPS-KWENDA</b>                  Data/Local: Caimbambo (03/06/2022), Andulo (09/06/2022), Cuito Cuanavale (06/06/2022), Ambaca (07/06/2022), E Cunha (07/06/2022), Cacula (25/05/2022), Lóvuva (26/05/2022), Calandula (25/05/2022), Camucuio (07/06/2022), Mucaba (25/05/2022), N'Zeto (30/05/2022)</p>	<p><b>PARTICIPANTES / DESIGNAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</b>                  (Nº Desagregados Por Género):                  Total de Participantes: 121                  (108-homens e 13 mulheres)</p>
<p><b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b></p>	
<p><b>Relevância do CASI:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nos municípios onde não CASI a comunidade trata os assuntos na Administração Municipal; Todas as situações que ocorrem nas comunidades a população dirige -se ao Soba, que tem a responsabilidade de resolver no local ou este recorre à Administração/Polícia;</li> <li>- CASI's como equipamento importante de apoio à intervenção das autoridades tradicionais;</li> <li>- Há muitos casos difíceis de resolver nas comunidades que são resolvidos de forma imprópria, e até ilícita, mas culturalmente aceite (violência doméstica, fuga a paternidade, homicídios, registos de nascimento por meio de testemunhas); Os problemas mais difíceis de resolver são: a fome, falta de emprego, os serviços de saúde não funcionam, há falta de meios e por isso há Irregularidade na atribuição de benefícios alimentares;</li> <li>-Importante melhorar a capacidade de intervenção do CASI essencialmente com meios de transporte e orçamento próprio para puder atingir todas as áreas do município, principalmente para apoiar os idosos, deficientes e ajudar a resolver os casos de violência doméstica;</li> <li>- A importância da existência dos CASIS nas Comuna, para facilitar as populações, principalmente devido às distâncias;</li> <li>-Desconhecimento do funcionamento do CASI, apesar de já recorrerem. O Programa Kwenda são o motivo principal da visita aos CASI;</li> <li>- Na sua maioria o atendimento é bom, porque se sentem ouvidos apesar de terem que aguardar pela resolução dos assuntos colocados;</li> <li>-Revelam a importância dos CASIS, no sentido em que as situações mais complexas, que ficavam reservadas nas comunidades, vão passar a ter uma outra visibilidade, e assim a procura de soluções;</li> </ul>	<p><b>Reabilitação/Localização do CASI</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As estruturas indicadas para a localização do CASI é propriedade do Estado e é de fácil identificação.</li> </ul>



<p>- Os CASI's são importantes para as comunidades, pois permite que os cidadãos tenham maior informação sobre os seus direitos. É uma fonte de dinamização da justiça social nas comunidades.</p> <p>- Verifica-se muitas dificuldades enfrentadas no apoio aos mais vulneráveis; como falta de equipamentos, e pouco espaço provocando aglomeração de pessoas).</p>	
<p><b>ACTIVIDADE 4: Grupo Focal com Mulheres sobre a Reestruturação do PFPS-KWENDA</b></p> <p><b>Data/Local:</b> Cuito Cuanavale-Fulai Muti (06/06/2022), Andulo (09/06/2022), Cacula (25/05/2022), Lóvua (27/05/2022), N'Zeto (30/05/2022), Caimbambo (03/06/2022), Andulo (10/06/2022), Cachiungo (07/06/2022), Calandula (25/05/2022), Camucuio (30/05/2022), Mucaba (25/05/2022)</p>	<p><b>PARTICIPANTES / DESIGNAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</b></p> <p><b>(Nº Desagregados Por Género):</b> 135 mulheres</p>
<p><b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b></p>	
<p><b>Relevância do CASI</b></p> <p>- Nos municípios onde não há CASI os participantes referiram que recorrem à Administração Municipal e esta dá-lhes a devida orientação.</p> <p>- Nos municípios onde há CASI, têm recorrido ao CASI mais para tratar das reclamações referentes ao Projecto KWENDA e têm sido bem atendidos. Por exemplo, quando alguém perde o cartão do Kwenda, reportam ao ADECOS que por sua vez reporta no CASI. Porém, nem todos tinham o domínio dos outros serviços que são fornecidos pelo CASI.</p> <p>- O CASI vai diminuir o tempo de espera pelos documentos e as idas para outros Municípios onde o atendimento não é dos melhores e se gasta muito dinheiro com o transporte.</p> <p>- É importante porque, quando somos batidas pelos maridos, para além dos sobas e muitas vezes na polícia já não sabemos em que instituição devemos nos dirigir para solucionar os nossos problemas, temos crianças órfãs, idosos abandonados que muitas vezes acção social tem dificuldade de responder com rapidez. Por aquilo que estamos a ver com o CASI vamos ver os nossos problemas resolvidos com muita facilidade.</p> <p>- Deve melhorar os serviços do CASI com meios de transporte, Orçamento para poder atingir todas as áreas do município principalmente para apoiar os idosos, deficientes e ajudar a resolver os casos de violência doméstica.</p> <p>- O CASI é muito importante porque ajuda a resolver os problemas da população, apoio alimentar às famílias vulneráveis, violência doméstica e fuga a paternidade.</p>	<p><b>Reabilitação/Localização do CASI</b></p> <p>- As participantes aos grupos focais consideram que as infraestruturas do CASI em funcionamento e as selecionadas para a implantação dos CASI estão bem localizadas e são de fácil acesso.</p> <p>- Algumas mulheres sabem que a infraestrutura onde funciona ou irá funcionar o CASI, assim como os terrenos adjacentes é propriedade do Estado. Noutros casos não têm conhecimento.</p> <p>- Nem todas as mulheres detêm informações sobre a propriedade das infraestruturas onde funcionam os CASI e onde serão implantados os novos CASI. Porém, pela sua localização, próxima da Administração Municipal, acreditam que ambos são propriedade do estado</p> <p>- Consideram muito importante e agradecem a iniciativa, principalmente por estarem a ser ouvidos (Lóvua, N'Zeto). Dizem que poucas vezes são chamadas para conversarmos assuntos do município, são mais os nossos maridos que participam.</p>
<p><b>ACTIVIDADE 5: Grupo Focal com Homens sobre a Reestruturação do PFPS-KWENDA</b></p> <p><b>Data/Local:</b> Cuito Cuanavale-Fulai Muti (06/06/2022), Andulo (09/06/2022), Cacula (25/05/2022), Lóvua (27/05/2022), N'Zeto (30/05/2022), Caimbambo (03/06/2022), Andulo (10/06/2022), Cachiungo (07/06/2022), Calandula (25/05/2022), Camucuio (30/05/2022), Mucaba (25/05/2022)</p>	<p><b>PARTICIPANTES / DESIGNAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</b></p> <p><b>(Nº Desagregados Por Género):</b> 98 homens</p>
<p><b>Relevância do CASI</b></p> <p>- Nos municípios onde já existem CASI o atendimento foi considerado bom. De forma específica já foram ao CASI para tratarem documentos de Antigos Combatentes, solicitação da equipa dos Serviços de Registos, assuntos ligados aos Sobas, levar as reclamações dos cartões rectidos nos ATMs, perdidos ou roubados e mais tarde os cartões de município, uma vez que o Balcão Único do Empreendedor (BUAP) ocupou um compartimento onde funciona. O atendimento tem sido Bom, embora não abarca todas áreas a que se destina o CASI.</p>	<p><b>Reabilitação e localização do CASI</b></p> <p>- Afirmam que as infraestrutura indicadas são propriedade do Estado, assim como terrenos adjacentes,</p> <p>- Nos municípios onde já existe CASI os grupos consideram que estes são de fácil localização e acesso;</p> <p>- Consideram que o CASI, se encontra distante das Comunas e deste modo os serviços não chegam, como aos habitantes da cidade.</p>

<p>- Diminuição do tempo de espera pelos documentos e as idas para outros Municípios onde o atendimento não é dos melhores e se gasta muito dinheiro com o transporte.</p> <p>- Muitos dos serviços prestados no CASI, são tratados através dos ADECOS;</p> <p>- Em alguns casos verifica-se algum desconhecimento do que são os CASI, principalmente nos novos municípios; a Administração é o principal local identificado para tratar dos problemas das populações; As comunidades recorrem frequentemente aos sobas, à igreja e em casos de maior gravidade, à polícia, como nas situações de violência doméstica; As maiores dificuldades sentidas são na morosidade do tratamento de alguns assuntos, e a falta de transporte para a deslocação.</p> <p>-Nos municípios onde não existe CASI, consideram a iniciativa muito importante para ajudar a resolver os problemas da comunidade, como são os da violência doméstica e fuga a paternidade.</p>	
<p><b>ACTIVIDADE 5: Grupo Focal com Jovens sobre a Reestruturação do Programa</b></p> <p><b>Data/Local:</b> Cuito Cuanavale -Fulai Muti (06/06/2022), Andulo (09/06/2022), Cacula (25/05/2022), Lóvuva (27/05/2022), N'Zeto (30/05/2022), Caimbambo (03/06/2022), Andulo (10/06/2022), Cachiungo (07/06/2022), Calandula (25/05/2022), Camucuio (30/05/2022), Mucaba (25/05/2022)</p>	<p><b>PARTICIPANTES / DESIGNAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</b></p> <p><b>(Nº Desagregados Por Género): 166 jovens</b></p>
<p><b>PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES</b></p>	
<p><b>Relevância do CASI</b></p> <p>- Nos municípios onde não há CASI os jovens dirigem-se à Direcção Municipal da Acção Social para tratar de assuntos ligados à violência doméstica. Sobre a aquisição de documentos, dirigem – se nos serviços de Identificação.</p> <p>-Os Jovens apresentam preocupações sobre o facto os municípios estarem cada vez mais despovoados, por isso a importância da construção de novas infraestruturas.</p> <p>- Nos municípios onde existe CASI consideram que a Consideram que o CASI, encontra-se distante das Comunas e deste modo os serviços não chegam como aos habitantes da cidade. É importante a construção do CASI, o problema é a distância, seria bom se fosse construído mais um CASI na comuna. A comuna envolve muitas aldeias e a distância obriga a fazer muitos gastos.</p> <p>- Alguns jovens já recorreram ao CASI, mas não conheciam com essa designação. O atendimento foi bom em alguns casos, foram ouvidos e aguardaram a resolução do assunto apresentado. Porém, atendendo à distância, gostariam que o CASI fosse mais próximo por causa do custo da deslocação. O atendimento deve ser de forma igual.</p> <p>- Esperam que o CASI deixe de ser uma instituição receptora das preocupações dos municípes e passe a levar avante a sua missão. O CASI deve pôr em prática a municipalização da acção social e promover palestras com vários temas.</p> <p>- O CASI precisa ter anexos para albergar as mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e as pessoas viajantes que as vezes aparecem pelas ruas da cidade.</p> <p>- Acham importante porque veio para facilitar outros serviços. Como temos mais esclarecimento sobre o CASI, é muito importante principalmente pelo receio que temos em contactar algumas entidades para o tratamento do mesmo, por isso, achamos ser muito importante.</p>	<p><b>Reabilitação/Localização do CASI</b></p> <p>Os jovens consideram importante porque além dos serviços sociais, a reabilitação da infraestrutura será um ganho para o Município.</p> <p>- Os jovens afirmam que a infraestruturas e o espaço adjacente é propriedade do estado, uma vez que a infraestrutura encontra-se em espaço público. No caso do município do Lóvuva, os jovens referiram que têm vindo a aconselhar o senhor administrador para que a infraestrutura seja usada para os fins para os quais tinha sido criada inicialmente e não inverter. Sugerem que o FAS construa uma outra.</p> <p>- O acesso é fácil porque a infraestrutura se localiza numa área de referência</p>

Porque vai ajudar as crianças que não têm nada, acho que veio também para reduzir o índice de pobreza.	
Total de Consultas: 71 Total de Participantes: 547	

## V PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) apoia o Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), na concepção de instrumentos e informa o envolvimento das PIAs durante o período de implementação do Projecto. As reuniões planeadas de consulta às partes interessadas que ocorreram durante a preparação do projecto em 2019, durante a implementação e no âmbito da reestruturação produziram uma série de recomendações e medidas que serão incorporadas neste documento.

O Plano apresentado no Anexo 3 está a ser revisto e actualizado durante o ciclo de vida do Projecto. Durante esse processo, o foco e o escopo do PEPI podem mudar para reflectir os vários estágios da implementação e abranger quaisquer mudanças no Projecto.

### 5.1 Métodos de Envolvimento

Diferentes métodos de envolvimento são propostos e cobrem diferentes necessidades das partes interessadas, conforme descrito.

1. **Agenda Estruturada** - Esta agenda é preparada com base na componente do projecto em consulta e no estágio de sua implementação. O uso de uma agenda focada garante que os principais itens estratégicos e de risco possam ser discutidos com os tomadores de decisão e influenciadores, em um esforço para mitigar os riscos de forma proactiva.
2. **Reuniões de Grupos Focais (Focus Group)** - O objectivo de um grupo focal é reunir as partes interessadas com os mesmos interesses ou características comuns em uma reunião para discutir tópicos específicos de maneira focada. Por exemplo, métodos de grupos focais podem ser usados para explorar questões que são relevantes para grupos ou subgrupos específicos de uma comunidade - como jovens, idosos, mulheres, mas também para garantir a participação dos grupos minoritários e assim por diante.
3. **Fórum** - Um fórum é estabelecido com objectivos específicos e seria composto por um grupo específico de partes interessadas que precisaria garantir que as ações sejam tomadas e monitoradas.
4. **Consultas com as comunidades** - Essas consultas estão focadas para identificar e discutir as preocupações das partes interessadas e divulgar as informações do projecto. Tais consultas devem, sempre que possível, fazer uso de intérpretes e tradução para os idiomas locais, a fim de alcançar uma ampla gama de grupos e indivíduos dentro das comunidades. A participação de homens e mulheres deve ser incentivada.

## 5.2. Proposta de estratégia para divulgação de informação

### 5.2.1 Mensagens chave

Mensagens-chave têm sido desenvolvidas à medida que cada componente é preparada com mais detalhe durante a implementação. A seguir apresentam-se mensagens-chave relevantes para os diferentes componentes para informar as PI sobre as actividades planeadas durante todo o ciclo do Projecto.

- O que é o PFPS-KWENDA? Ser informado sobre o Projecto.
- Quais são as componentes do Projecto?
- Como as pessoas podem se cadastrar e receber os benefícios do Projecto?
- Quais benefícios do Programa para as famílias não beneficiárias e comunidade em geral?
- Fazer parte do planeamento do PFPS-KWENDA - participar das consultas do Programa.
- Como se pode garantir a inclusão das minorias etnolinguísticas em todas as fases do Projecto?
- Apresentar e discutir impactos ambientais e sociais (incluído AS/AS, VBG) durante as diferentes fases do Programa e as respectivas medidas de mitigação.
- Informar sobre a existência do SPEREC e os seus benefícios para os utentes do Projecto.
- Analisar qual será o apoio da comunidade durante a implementação do Projecto.

### 5.2.2 Formato da informação e método de divulgação

O Programa combina diferentes métodos de disseminação de informações. Utiliza métodos de comunicação escritos e visuais, bem como meios de comunicação como anúncios de rádio e televisão e outros.

### 5.2.3 Comunicação Escrita e Visual

- **Sumário Executivo** – Um resumo não técnico apresenta as informações do Projecto de forma concisa, sem usar linguagem técnica.
- **Quadros de aviso** - Quadros de avisos podem funcionar bem em comunidades rurais e peri-urbanas e envolvem a disseminação de informação por meio de corredores comunitários, escolas locais e entradas de locais de trabalho. Este é um bom método para disseminar informações relacionadas ao tempo e duração das actividades, próximas reuniões, relatórios de progresso e outras informações.
- **Cartas** – Pode ser usado para transmitir mensagens muito específicas. Alternativamente, isso é usado como um método formal para solicitar informações e convidar as partes interessadas a participar de eventos de consulta.
- **Emails** - Amplamente utilizado para comunicação com agências governamentais, ONGs e outros actores institucionais. Compartilhamento de informações, solicitação de informações de especialistas sobre questões de salvaguardas e divulgação de documentos de normas ambientais e sociais diretamente aos principais

interessados podem ser feitos de forma eficaz por e-mail. Além disso, esta fornece acesso directo às partes interessadas ao organizar reuniões.

- **Jornais** - Os jornais têm sido utilizados para anúncios formais ou para alcançar rapidamente um amplo espectro de partes interessadas. O conteúdo da mensagem tem sido cuidadosamente compilado, pois esse é um meio de comunicação unidirecional e pode rapidamente causar mal-entendidos ou confusão, se não for claramente escrito. O Programa divulgará informações importantes (incluindo anúncios de reuniões de consulta) via **Jornal de Angola** e **Novo Jornal**, que são considerados os jornais nacionais mais populares em Angola.
- **Comunicação institucional (página web, facebook, etc.)** – a comunicação institucional com recurso a media digital tem sido adequada para a divulgação de anúncios formais (página web) mas também para alcançar rapidamente um amplo espectro de partes interessadas, principalmente em termos de divulgação dos resultados e impactos do Projecto, Além disso, garantindo também um feedback do público sobre a sua percepção e preocupações em relação ao Projecto. O PFPS-KWENDA possui também uma página de TWITTER, Instagram e Youtube.

#### 5.2.4 Comunicação social

- Os principais componentes da comunicação social incluem rádio e televisão. O rádio e a televisão são bons meios para estimular a conscientização e preparar as partes interessadas para que eventos maiores ou comunicação refinada ocorram e têm sido úteis para informar o público sobre os desenvolvimentos do Projecto. O Projecto tem estado a usar os seguintes veículos de disseminação da informação:
  - **Rádio Nacional de Angola - Canal A - e emissoras provinciais**
  - **TPA1 e TP2 – Televisão Pública de Angola**
  - **TV ZIMBO - Televisão Pública**
  - **Jornal de Angola**
  - **Novo Jornal**
  - **Rádio +**

#### 5.2.5 Outros

- **Telefone** - O uso do telefone tem sido utilizado pelo Projecto, como método preferido de comunicação por causa da acessibilidade e velocidade. Ter uma discussão por telefone para garantir o entendimento mútuo entre as duas partes é mais rápido e fácil comparado ao envio de um e-mail e a espera de respostas. Para tal, é necessário compilar bancos de dados anteriores com contactos de partes interessadas relevantes.

### 5.3. Estratégia proposta para consulta

Um amplo processo de consulta requer o uso e a combinação de diferentes métodos, levando em conta as características do público-alvo. Os métodos de consulta para o Projecto são apresentados na tabela abaixo.

**Tabela nº 8 – Estratégia para consulta das Partes Interessadas**

Estádio do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Calendário: Localização e datas	Partes Interessadas alvo	Responsabilidades
Fase de Preparação	Elaboração e divulgação de documentos ambientais e sociais	Entrevistas / inquéritos face-a-face  Discussões de grupos focais  Reuniões de consulta pública	Março a Maio de 2019	Agências governamentais, ONGs, sociedade civil e sector privado	MASFAMU, IDL-FAS,
Fase de Implementação	Disseminação da informação, percepção sobre as TSM, sobre os processos e atividades complementares.	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social	Junho de 2020 – Dezembro 2021	Público em geral, agências governamentais, Comunidades e governos locais, prestadores de serviços de pagamentos, ONGs, autoridades tradicionais e comissões de moradores	IDL-FAS e suas representações provinciais
	Disseminação da informação, percepção sobre a componente de desenvolvimento do capital humano, sobre os processos e atividades complementares, papel do CASI	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social Formação (técnicos municipais, equipas IDL-FAS)		Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades e governos locais, prestadores de serviços de pagamentos, ONGs, autoridades tradicionais, comissões de moradores, ADECOS	MASFAMU, GASFIG, DMAS/CASI, IDL-FAS e suas representações provinciais
	Disseminação de informações sobre a importância de relevância do CSU	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social Formação (técnicos MASFAMU, técnicos municipais, equipas do IDL-FAS)		Comissão Intersectorial Departamentos Ministeriais Governos Provinciais Administrações Municipais e Comunas OSC	GASFIG, IDL-FAS e suas representações provinciais

Estádio do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Calendário: Localização e datas	Partes Interessadas alvo	Responsabilidades
Fase de Reestruturação	(i) Compreender qual o grau de conhecimento das comunidades locais, sobre a existência e funcionamento dos CASI; (ii) Perceber que tipo problemas são apresentados aos CASI e de que forma são resolvidos e o nível de satisfação sentida; (iii) Entender qual a natureza dos apoios que têm sido prestados às populações mais vulneráveis e quais os meios utilizados pelas populações para resolverem os seus problemas; (iv) Avaliar até que ponto a localização/acessibilidade destes equipamentos pode constituir um impedimento forte de recurso aos serviços; (v) Perceber a relevância da reabilitação de novos equipamentos e qual a percepção que os diferentes grupos têm sobre a implementação dos CASI; (vi) Promover a participação dos grupos mais vulneráveis, e dar particular visibilidade à comunidade SAN.	Entrevistas Grupais Entrevista semi-estruturada Grupos Focais	Maio a Junho de 2022	Departamentos Ministeriais Agências das Nações Unidas OSC Governos Provinciais Administrações Municipais Autoridades Tradicionais Homens, mulheres, jovens	IDL-FAS e suas representações provinciais

#### 5.4. Proposta de estratégia para incorporar a visão dos grupos vulneráveis

Um dos objectivos de um PEPI é identificar pessoas ou comunidades que são ou poderiam ser afectadas pelo Programa (incluindo grupos vulneráveis), bem como outras partes interessadas e afectadas e garantir que tais PIAs estejam apropriadamente engajadas em questões ambientais e sociais que poderia afectá-los, através de um processo de divulgação de informações e discussão significativa; e manter um relacionamento construtivo com as partes interessadas de forma contínua através de um engajamento significativo durante a implementação do Projecto.

Pessoas vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, deficientes, e doentes crónicos, etc.) precisam ser identificadas ao longo da implementação do Projecto para que suas limitações sejam mapeadas e sejam tomadas as medidas apropriadas para garantir que elas tenham oportunidades iguais para expor as suas preocupações e opiniões sobre o Programa. Estas situações estão a ser acompanhadas pelo Projecto, fundamentalmente por via dos Centros de Acção Social Integrados (CASI), no quadro da componente de Municipalização da Acção Social.

Para lidar com as limitações físicas das pessoas, o Projecto disponibiliza o transporte para a deslocação das equipas para realização de pagamento ao domicílio. Além disso, os locais das reuniões e pontos de pagamento são seleccionados para garantir o acesso universal das pessoas com deficiência. A equipa de gestão do Projecto providencia que crianças, idosos e pessoas doentes sejam bem representadas por seus pais/familiares.

São organizadas reuniões individualizadas, sempre que possível, com pessoas vulneráveis para garantir que os benefícios do projecto também cheguem a elas. O Projecto incentiva as pessoas vulneráveis a apresentar

reclamações ou queixas e se compromete a fornecer respostas oportunas aos reclamantes. As pessoas vulneráveis são informadas com antecedência sobre o SPEREC existente para que possam ter acesso sempre que necessário.

#### 5.4.1 Estratégia para envolver grupos vulneráveis

Grupos-Alvo	Estratégia
Mulheres	A selecção de subprojectos de desenvolvimento do capital humano (comunitários, inclusão produtiva, violência baseada no género, EAS/AS, prevenção da gravidez e casamento precoce, prevenção das mortes maternas e neonatais, alfabetização, cursos para adolescentes) dando-se prioridade a propostas que promovam o empoderamento e a participação das mulheres.
Minorias Etnolinguísticas (ME)	Estão a ser envolvidas entidades que tenham como grupo alvo os grupos minoritários no sentido de reduzir as barreiras de comunicação, a discriminação e salvaguardar a sua efectiva participação e inclusão nas iniciativas de desenvolvimento do capital humano (comunitários, inclusão produtiva), tendo em conta as suas especificidades.
Crianças, adolescentes	A selecção de subprojectos de desenvolvimento do capital humano estão a dar prioridade a iniciativas que promovam o desenvolvimento da capacidade física e intelectual (redução do êxodo escolar, desporto, lazer, etc.). Destaca-se o subprojecto nacional de Xadrez Comunitário.
Jovens	A selecção de subprojectos de desenvolvimento do capital humano (comunitários, inclusão produtiva) está a dar prioridade a propostas que promovam o desenvolvimento da capacidade física e intelectual (redução do êxodo escolar, desporto, lazer, etc.) e o desenvolvimento de actividades profissionais.
Idosos e pessoas com deficiência	Realização de pagamento ao domicílio e garantia de acesso à informação relevante sobre o projecto, em tempo útil.
	Garantir o acesso a meios de locomoção (cadeiras de rodas), adaptadas ao contexto e especificidades das pessoas com deficiência e idosos.
	A selecção de subprojectos de desenvolvimento do capital humano (comunitários e de inclusão produtiva) está a dar prioridade a propostas que promovam o acesso a serviços e cuidados básicos de proximidade e, que os seus dependentes, em idade activa, participem de iniciativas de inclusão produtiva.
Refugiados e migrantes	É expectável encontrar nos bairros e aldeias alvo do Projecto moradores que estejam na condição de refugiados ou migrantes, principal nas regiões fronteiriças e que estejam numa condição de vulnerabilidade social. Estes têm sido envolvidos no diálogo comunitário sobre o Projecto e os AF cadastrados e seleccionados para o Projecto, desde que respondam aos requisitos de elegibilidade.

#### 5.5. Linha do tempo

O PFPS-KWENDA está a ser implementado desde meados de 2020 e vai até meados de 2025. Os planos de Gestão Ambiental e Social e outros documentos foram preparados e aprovados em Maio de 2019. As consultas com as PI



foram realizadas durante a preparação do Projecto e continuam durante a fase de implementação e reestruturação e ocorrerão à medida que o PFPS-KWENDA se expande, para responder às necessidades de actualização dos documentos de gestão e impactos decorrentes da implementação. Há uma necessidade de envolver as PI para rever e comentar os planos, conforme eles são projectados para mitigar os impactos negativos do e garantir a ampliação dos benefícios para as pessoas afectadas pelo Projecto.

Após a conclusão de um processo de consulta, o Projecto garante que todos os comentários sejam integrados num relatório e que as versões actualizadas/finais dos planos sejam compartilhadas com as PI, particularmente as pessoas afectadas. Sessões de divulgação de informações e entrega das versões actualizadas/finais dos relatórios são os dois principais meios de divulgação eleitos. As informações serão carregadas nos sites anunciados e as versões impressas dos documentos finais serão disponibilizadas em locais públicos facilmente acessíveis (por exemplo, escolas, centros de saúde e/ou escritórios das Administrações Municipais).

Sempre que o comentário de uma parte interessada for considerado no documento final, uma explicação será dada (oralmente ou por escrito) e documentada no relatório para o processo de consulta/acta da reunião, conforme apropriado.

## **5.6 Futuras Fases do Projecto**

O PFPS-KWENDA implementará um sistema de relatórios que permitirá a recolha de informação, análise e divulgação do Programa para pessoas interessadas/afectadas. Relatórios mensais sobre o QGAS mostrarão como as questões ambientais e sociais estão a ser tratadas e quais são os principais desafios enfrentados. A implementação do PEPI também será monitorada por relatórios trimestrais produzidos pelo IDL-FAS, incluindo a monitorização e relatórios do SPEREC. O IDL-FAS preparará e compartilhará com as partes interessadas um relatório anual mostrando o nível de implementação de diferentes indicadores.

O IDL-FAS também convidará um número limitado e representativo de PI para uma reunião anual para avaliar o progresso do Projecto, avaliar desafios e planear acções futuras.

## **VI RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR AS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS**

### **6.1. Recursos**

O envolvimento das PI requer recursos adequados a serem realizados. Um total estimado de US\$ 205,000 por ano será necessário para a implementação das actividades do PEPI (ver Tabela nº 9, abaixo). O orçamento abaixo não inclui os salários do pessoal designado, sujeito a revisão e ajuste, com base nas necessidades de consulta identificadas durante a implementação.

Tabela nº 9 – Orçamento Anual Estimado do PEPI

No.	Actividades chave	Qtde.	Unit	Orçamento total (US\$)				
				2020-2025				
				Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
1	Anúncios nos jornais/radio/TV	30	Anúncios	20,000.00	20,000.00	20,000.00	20,000.00	20.000,00
2	Reuniões de consulta (eventos, impressão, blocos de apontamentos, refrescos, etc.)	30	Reuniões	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
3	Transporte	Montante fixo		40,000.00	40,000.00	40,000.00	40,000.00	40.000,00
4	Contingências	Montante fixo		45,000.00	45,000.00	45,000.00	45,000.00	45.000,00
5	<b>Total</b>			205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00	205.000,00

## 6.2. Gestão de funções e responsabilidades

A implementação bem-sucedida do PEPI requer a nomeação de pessoal que assumirá responsabilidades de implementação e gestão do mesmo. O IDL-FAS é o responsável pela implementação do PEPI para o Projecto. Dentro da equipa do IDL-FAS, um responsável pelas normas sociais tem a responsabilidade de coordenar as actividades do PEPI, em coordenação com a área de comunicação. Perguntas/comentários sobre o Projecto devem ser encaminhados para os contactos indicados na Tabela nº 10.

Tabela nº 10 – Equipa de Gestão do PEPI

No.	Pessoa de Contacto	Morada	Contactos:
1	Director do IDL-FAS, instituição responsável pela implementação do Projecto	IDL-FAS Director Belarmino Jelembi Av. Pedro de Castro Van-Dúnem, Rua do IFAL, Edifício Central, 3º Andar, Luanda	Tel: +244 222 024 760 / 222 025 461 Email: <a href="mailto:fas_direcao@fas.co.ao">fas_direcao@fas.co.ao</a>
2	Oficial de Normas Sociais	IDL-FAS Helena Farinha Av. Pedro de Castro Van-Dúnem, Rua do IFAL, Edifício Central, 3º Andar, Luanda	Email: <a href="mailto:helena.farinha@fas.co.ao">helena.farinha@fas.co.ao</a>
3	Área de Comunicação	IDL-FAS Félix Abias Av. Pedro de Castro Van-Dúnem, Rua do IFAL, Edifício Central, 3º Andar, Luanda	Email: <a href="mailto:felix.abias@fas.co.ao">felix.abias@fas.co.ao</a>

## VII MECANISMO DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES (MGR)

### 7.1 Sistema de Participação e Reclamações (SPEREC)

No âmbito da implementação da NAS 10-Envolvimento das Partes Interessadas- foi desenhado o sistema de gestão de reclamações, designado de **Sistema de Participação e Reclamações (SPEREC)** com a como finalidade de estabelecer os canais de comunicação adequados entre a Coordenação do Projecto e as partes interessadas, nomeadamente: fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, beneficiários e pessoas interessadas, reduzindo assim riscos e oferecendo aos utentes um caminho para manifestar as suas preocupações, conseguir soluções, mas também terem a possibilidade de participar e fazer elogios, promovendo uma relação mutuamente construtiva, de confiança com vista a:

- ✓ Prestar esclarecimentos aos utentes em cada uma das etapas do Projecto;
- ✓ Fazer o registo adequado das queixas e reclamações relacionadas com cada Projecto, de acordo com a sua natureza;
- ✓ Assegurar que as queixas e reclamações sejam eficientemente direccionadas, tratadas e efectivamente respondidas;
- ✓ Proporcionar um espaço no qual os interessados tenham a possibilidade de participar e emitir opiniões e sugestões, ajudando assim aprimorar o desempenho dos Projectos.

O Sistema Gestão de Queixas e Reclamações está ligado com o sistema de monitoria e avaliação dos Projectos. Este deve prover informação estatística referente a: (i) número de queixas e reclamações recebidas; (ii) número de casos atendidos e resolvidos no primeiro nível (comunidade); (iii) número de casos atendidos e resolvidos no 2º nível (província); (iv) nº de casos encaminhados ao 3º, 4º e 5º níveis (Direcção Central do IDL-FAS, órgãos de justiça); (v) tempo médio de atendimento da queixa/reclamação; (vi) nível de satisfação dos reclamantes (%).

O SPEREC foi preparado tendo como pano de fundo dois conceitos chave, queixa e reclamação, uma vez que em língua portuguesa são conceitos distintos:

- A reclamação é o acto de reclamar sobre: a qualidade da prestação de serviços (qualidade dos serviços, tempo e atendimento); a funcionalidade do serviço; questões de carácter técnico em relação a serviços prestados pelo IDL-FAS nos seguintes âmbitos: (i) eficácia e desempenho dos sistemas; (ii) procedimentos de acesso; (iii) qualidade da assistência técnica; (iv) prazos e; (v) qualidade dos bens e serviços prestados;
- ✓ Queixa é o acto de formular uma denúncia de uma irregularidade em relação a: princípios, procedimentos e processos; violação de direitos por via de práticas de assédio, troca de favores, tráfico de influências; fraude, corrupção, nepotismo; abuso de autoridade, incumprimento de responsabilidades; práticas discriminatórias por género, raça, origem étnica, religião ou opção político-partidária e; sobre o meio e ambiente de trabalho, condições de saúde e segurança do pessoal adstricto às acções implementadas pelos Projectos.

Para garantir o acesso mais célere a informações referentes a ocorrências registadas nas áreas de implementação do Projecto, foi criado um caderno de registo de reclamações, foi aberta uma linha telefónica no IDL-FAS e

desenvolvida uma plataforma no aplicativo kobocollect, designada de SPEREC que, permite fazer o registo das ocorrências online e offline. Para o efeito, foi elaborado um qualificador, referentes a transferências monetárias e inclusão produtiva que tem como finalidade assegurar um melhor tratamento e sistematização dos dados das ocorrências registadas no SPEREC. Os formulários para registo das ocorrências constam do Anexo 4. Um MGR, separado e gerido pela área de recursos humanos foi desenvolvido pelo IDL-FAS para tratar das queixas dos trabalhadores (de acordo com a legislação trabalhista nacional).

Tabela nº 11 – Qualificador do SPEREC

Transferências Sociais Monetárias (TSM)	Inclusão Produtiva
<b>A. CADASTRAMENTO/RECADASTRAMENTO:</b> reporte de ocorrências referentes a necessidades de cadastramento, recadastramento ou alteração de dados pessoais, localidade.	<b>A. CADASTRAMENTO E SELECÇÃO:</b> trata-se de questões de carácter administrativo inerentes às etapas de cadastramento e inscrição de beneficiários na Inclusão Produtiva
<b>B. NOTIFICAÇÕES ADMINISTRATIVAS:</b> reporte de ocorrências relacionadas a perda/extravio de documentos de identificação/pagamento de beneficiários, cartões não personalizados, esclarecimentos, elogios/agradecimentos.	<b>B. ÉTICA E VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO (VGB):</b> trata-se de práticas negativas levadas a cabo por pessoal ligado ao Projecto, quer sejam do FAS-IDL, das Administrações Municipais ou prestadores de serviços.
<b>C. ERROS DE EXCLUSÃO (FOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA):</b> bairros/aldeias em situação de vulnerabilidade cujas autoridades tradicionais, moradores considerem ser injusta a sua exclusão.	<b>C. KITS DE INCLUSÃO PRODUTIVA:</b> trata-se de aspectos relacionados com a tipologia e qualidade dos equipamentos/materiais entregues aos grupos de beneficiários da IP.
<b>D. NOTIFICAÇÕES DE NÃO ELEGIBILIDADE (VALIDAÇÃO COMUNITÁRIA, INSTITUCIONAL):</b> erros de inclusão relativos a pensionistas, funcionários públicos.	<b>D. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO:</b> Refere-se a vigilância necessária sobre o cumprimento das normas de higiene e segurança no trabalho pelas empresas contratadas, equipas provinciais e parceiros nas diferentes fases do processo que exijam o contacto pessoal ou ajuntamento de pessoas.
<b>EI. ERROS DE INCLUSÃO:</b> Actos ocorridos que resultaram na inclusão indevida de pessoas, quer seja intencional ou involuntária.	<b>D. ERROS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO:</b> actos ocorridos que resultaram na inclusão ou exclusão indevida de pessoas, quer seja intencional ou involuntária.
<b>EE. ERROS DE EXCLUSÃO:</b> Actos ocorridos que resultaram na exclusão indevida de pessoas, quer seja intencional ou involuntária.	
<b>F. PAGAMENTOS:</b> aspectos relacionados ao processo de pagamento dos beneficiários (não carregamento da conta, cartão desactivado ou pin bloqueado, apropriação indevida de cartões por terceiros), ausência no dia de pagamento)	
<b>G. ÉTICA &amp; VBG:</b> práticas negativas levadas a cabo por pessoal ligado ao Projecto, quer sejam do FAS-IDL, das Administrações Municipais ou prestadores de serviços.	

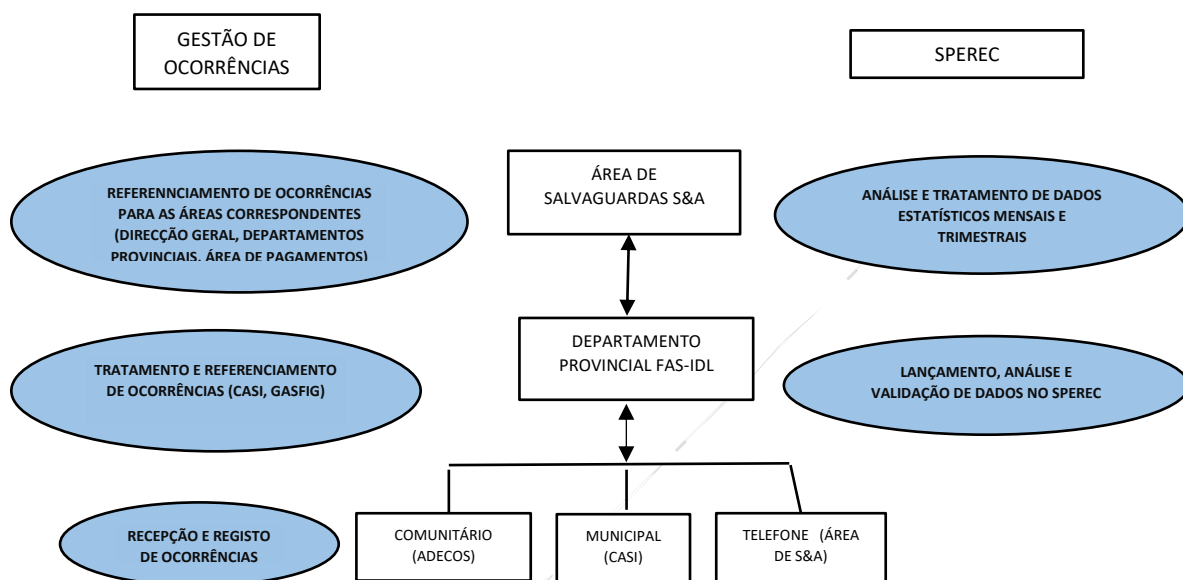
### 7.1.1 Canais/Níveis de comunicação

Os canais de comunicação são os meios, as formas utilizadas pelas instituições para construir uma relação, que permita fluidez na troca de informação com os utentes dos seus serviços. Estes canais podem ser o telefone, email, as redes sociais (página web, WhatsApp), mas também o modelo tradicional de contacto pessoal, sendo por isso importante definir desde o início que canais de comunicação serão utilizados, tendo em conta a natureza da informação solicitada (queixa ou reclamação) conforme detalhado na página 46.

## 7.2.2 Fluxo de gestão e tratamento das ocorrências

O fluxograma de gestão e tratamento das ocorrências decorrentes da implementação do Projecto envolve vários níveis e actores em cada uma das suas funções, conforme se apresenta no gráfico 1.

GRÁFICO 1: FLUXOGRAMA DE GESTÃO E TRATAMENTO DAS OCORRÊNCIAS



Todas as partes interessadas do Projecto poderão comunicar suas preocupações, reclamações/queixas por meio de diversos canais de aceitação (por escrito, por telefone, e-mail, carta, por meio de líderes tradicionais da comunidade, ADECOS, técnicos de campo, CASI, etc.).

A recepção e registo de ocorrências, que integra três pontos de entrada: (i) a nível comunitário por via dos ADECOS ou dos técnicos/estagiários do IDL-FAS, geralmente nos pontos fixos criados para a validação comunitária e pagamentos. O registo das mesmas é feito no caderno de reclamações (Anexo ix) que é validado pelos supervisores de campo; (ii) a nível municipal (CASI), levado a cabo pelos técnicos. Os dados são inseridos numa base de dados excel que recolhida mensalmente pelo Departamento Provincial do IDL-FAS; (iii) a nível da Direcção Geral (área de salvaguardas S&A) que procede ao registo das mesmas, encaminhamentos de casos para o nível provincial e/ou área de pagamentos e tratamento de casos simples como prestação de esclarecimentos, informações;

1. Tratamento e referenciamento de ocorrências: nesta fase os departamentos provinciais têm a responsabilidade de proceder à análise e tratamento das ocorrências registadas no nível comunitário e proceder ao lançamento e validação das mesmas no SPEREC. Os casos referentes a cadastramento, regra geral, são tratados em até 5 dias úteis uma vez que, no momento da validação comunitária os técnicos confirmam a ocorrência e deslocam-se às habitações dos AF para cadastramento ou recadastramento; os casos referentes a apropriação indevida do benefício por terceiros, casos de EAS/AS e VBG obedecem aos procedimentos vigentes no país, conforme desenvolvido no ponto 7.3;

2. Referenciamento de ocorrências para as áreas correspondentes: A área de salvaguardas sociais e ambientais procede à análise e tratamento dos dados constantes na Plataforma SPEREC, procedendo à triagem dos dados para encaminhamento das ocorrências para as áreas correspondentes. Por exemplo, as ocorrências referentes a pagamentos são encaminhadas para a área de pagamentos e as demais ocorrências são analisadas e endereçados para o nível provincial os casos que careçam de solução local;
3. Análise e Tratamento de dados estatísticos (mensais e trimestrais): os dados são baixados em formato excel e procede-se à triagem dos dados mensais e trimestrais a serem parte dos relatórios trimestrais a enviar a comissão interministerial e ao BM; futuramente esses dados serão incorporados no dashboard do PFPS-KWENDA.

### 7.2.3 Gestão de dados das ocorrências

Para garantir o acesso mais célere a informações referentes a ocorrências registadas nas áreas de implementação do Projecto foi criado um caderno de registo de reclamações, foi aberta uma linha telefónica no IDL-FAS e desenvolvida uma plataforma no aplicativo kobocollect, designada de SPEREC que, permite fazer o registo das ocorrências online e offline. A plataforma SPEREC tem como principal função acolher todas as ocorrências registadas no decurso da implementação do Projecto.

Para o efeito, foi elaborado um qualificador (mais detalhes podem ser encontrados no PEPI, ponto 6), referentes a transferências monetárias e inclusão produtiva que tem como finalidade assegurar um melhor tratamento e sistematização dos dados das ocorrências registadas no SPEREC. Esta plataforma possui formulários de recolha de dados para o KWENDA-TSM, para o KWENDA-Inclusão Produtiva e para os ADECOS, conforme se apresenta na Tabela nº 11, página 49. Procedimentos específicos foram desenvolvidos para tratar de reclamações relacionadas a Exploração e Abuso Sexual (EAS)/Assédio Sexual (AS) e Violência Baseada no Género (VBG).

#### 7.2.3. 1 Cuidados a ter no registo das queixas & reclamações

- ✓ Para o registo das queixas & reclamações deve-se dispender tempo suficiente para se compreender bem o que a pessoa pretende e fazer o registo correcto, com o máximo de detalhes;
- ✓ O registo deve ser feito com letra legível para facilitar a compreensão por parte de quem vai analisar e fazer o tratamento;
- ✓ O registo deve ser feito inicialmente no caderno de & Reclamações e, com mais serenidade, inseridos no SPEREC, via smartphone;
- ✓ A inserção dos dados no SPEREC é feita pelos técnicos do IDL-FAS.

### 7.3. Passos para o registo e tratamento de ocorrências no SPEREC

O MGR (SPEREC) do IDL-FAS obedece a um circuito que compreende cinco passos, conforme se apresenta na figura abaixo:

**Passo 1: Revisão e Elegibilidade** - No momento do registo da ocorrência os ADECOS, técnicos de campo, técnicos do CASI mantêm uma comunicação oportuna com o reclamante no sentido de garantir o registo correcto da sua preocupação, reclamação/queixa e geram uma resposta organizacional inicial. Os coordenadores do trabalho de campo, juntamente com os ADECOS e técnicos da sua equipa têm a responsabilidade de analisar e validar as ocorrências registadas nos cadernos de reclamações, fazendo uma classificação preliminar. O reconhecimento inicial deve ocorrer normalmente dentro de 3 a 5 dias após a recepção da ocorrência.

**Passo 2: Lançamento no SPEREC** - Independentemente de como as preocupações, reclamações/queixas são comunicadas, a equipa do Projecto deve garantir que as mesmas sejam correctamente inseridas no SPEREC (base de dados) para facilitar o acompanhamento, monitorização bem como a elaboração de relatórios. Os técnicos do IDL-FAS e dos CASI têm a responsabilidade de analisar as ocorrências registadas e nos cadernos de reclamações ou via telefone e fazer o lançamento das mesmas no SPEREC .

**Passo 3: Tratamento da Ocorrência** - O tratamento das ocorrências compreende duas etapas:

**1. A geração da resposta adequada a cada tipologia de ocorrência (preocupações, reclamações/queixas):** (i) Acção directa para resolver a preocupação, reclamação/queixa: cadastramento ou recadastramento de um agregado familiar, esclarecimentos sobre a elegibilidade para as TSM ou IP, etc., revisão de dados do AF no SIIPs do Projecto, apoio para levantamento do dinheiro num ATM, etc.; (ii) **Avaliação e envolvimento adicional com o reclamante e outras partes interessadas para determinar conjuntamente a melhor maneira de resolver a preocupação, reclamação/queixa:** casos que exijam envolvimento de terceiros (problemas com o meio de pagamento, casos de ética e VBG, etc.; (iii) **Determinação de que a reclamação/queixa não é elegível:** porque não cumpre com os critérios básicos de elegibilidade, quando a reclamação prescreveu (revisão dos dados pessoais) ou porque outro mecanismo (dentro ou fora da organização, incluindo o processo judicial) é o canal mais apropriado para o reclamante usar.

**2. Informar o reclamante sobre o desfecho:** O mecanismo criado é responsável por informar sobre o desfecho da ocorrência registada ao reclamante atempadamente, utilizando uma linguagem facilmente acessível.

**Passo 4: Revisão do Processo** - Como mencionado acima, em alguns casos, pode não ser possível fornecer ao reclamante uma resposta satisfatória. Em alguns casos, os esforços de boa-fé podem não conseguir dar solução a algumas reclamações ou queixas apresentadas. Em tais situações, a equipa do IDL-FAS deve rever a resposta com o reclamante e explorar se uma alteração na resposta pode atender às preocupações do reclamante.

**Passo 5 – Encerramento ou Encaminhamento** - O passo final é proceder ao encerramento da reclamação ou queixa. Em se tratando de uma reclamação, cujo desfecho impacta directamente o reclamante, reposição de um direito por exemplo, deve ser feita a cópia do cartão/comprovativo de entrega do meio de pagamento e ser devidamente assinado pelo(a) reclamante (caso não saiba assinar deve ser colocada a impressão digital). Caso se trate de uma queixa, o documento válido é o relatório de desfecho do processo emitido pelas autoridades afins (DMAS, CASI, SIC ou tribunal). Para ambos casos, seja a resposta satisfatória ou não, a equipa do IDL-FAS deve documentar a resolução satisfatória no SPEREC. Documentação escrita do reclamante indicando satisfação com a resposta deve ser obtida.

No período de Maio de 2020 a Maio de 2022 foram recebidas um total de 94.800 ocorrências referentes ao KWENDA, das quais 81,6% (77.403) foram resolvidas, Estas ocorrências referem-se à componente de TSM, conforme abaixo se descreve:

Tabela nº 12 - Mapa acumulado das ocorrências registadas no período de Maio 2020-Maio 2022

ITEMS DO QUALIFICADOR	MAIO 2020 - MAIO 2022		
	REC	RES	%
Cadastramento/Recadastramento	85 963	70 442	81,94
Notificações Administrativas	1268	813	64,12
Notificação de Não Elegibilidade	3 441	3 019	87,74
Erros de Exclusão/Inclusão	3 244	2 973	91,65
Pagamentos	882	154	17,46
Ética e VBG	2	2	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>94 800</b>	<b>77 403</b>	<b>81,65</b>

### 7.3.1 Queixas e ocorrências de EAS/AS e VBG

O SPEREC contempla protocolos específicos para gestão de tratamento dos casos de EAS/AS . Em se tratando de uma reclamação de EAS/AS e VBG, o procedimento é o seguinte:

- a) Acordo entre a pessoa lesada e a equipa do Projecto para avançar com a acção proposta:o tratamento de casos desta natureza deve ter o consentimento informado da pessoa lesada, isto é “fazer uma escolha livre numa dinâmica de poder igual ou ter uma compreensão clara dos factos, implicações e consequências de uma acção”, sem que seja alvo de qualquer tipo de coação, pressão ou ameaça. Isto é, a equipa do Projecto ou as instituições afins devem respeitar a decisão da pessoa lesada de apresentar queixa ou não. O consentimento para avançar com a acção proposta deve ser assumido por escrito pela pessoa lesada.
- b) Encaminhamento da ocorrência para as instituições afins, do município (DMAS, CASI) ou da província (GASFIG): após a obtenção do consentimento pela pessoa lesada, o equipa do Programa tem a responsabilidade de acompanhar o tratamento, acompanhamento e desfecho da ocorrência pelas instituições afins, obedecendo aos procedimentos de gestão de casos individuais instituído<sup>4</sup>; Tendo em conta as limitações de comunicação em alguns pontos do país, uma resposta para casos desta natureza deve ser obtida em até 30 dias após o ocorrido.
- c) Reportar as ocorrências à Direcção do IDL-FAS e ao BM: as ocorrências desta natureza devem ser reportadas pelas equipas provinciais à Direcção do IDL-FAS nas primeiras 48 horas após a comunicação da ocorrência. A comunicação deve ser feita por escrito e integrar todos os detalhes (informações sobre a

<sup>4</sup> (i) identificação e determinação; (ii) Registo e análise; (iii) encaminhamento e seguimento (tratamento interno ou referenciamento a outros serviços (apoio psicológico, Serviços de Investigação Criminal (SIC) ou tribunais)



pessoa lezada, condição do prevaricador, contexto em que ocorreu, evidência de consentimento informado da vítima para a realização da acção e passos dados para o seu tratamento junto das instituições afins). A Direcção do IDL-FAS deve, em até 72 horas prestar informações detalhadas sobre a ocorrência ao TTL do Projecto, em obediência aos procedimentos do BM para casos desta natureza.

### 7.3.2 Instruções de uso do SPEREC

1º. Insirir o seu username e a password de acesso: cada usuário do SPEREC possui um nome de usuário (username) e uma senha de acesso, tendo em conta os níveis de responsabilidade. Para ter acesso à Plataforma SPEREC o usuário deverá abrir o aplicativo Kobilcollect, recorrendo ao buscador da google e inserir o seu nome de usuário e a respectiva senha.

2º. Seleccione o formulário que pretende utilizar: o SPEREC está preparado para acolher ocorrências de natureza diversa. Assim sendo, o usuário deve seleccionar o formulário de acordo com a natureza da ocorrência a ser registada:

Sperec\_FAS\_KWENDA\_TSM;

Sperec\_FAS\_KWENDA\_ADECOS;

Sperec\_FAS\_KWENDA\_IP

3. Ao entrar no formulário fica visível o sumário que apresenta as ocorrências registadas no Sperec nas últimas semanas: Do lado esquerdo, pode encontrar três símbolos:

- a) O primeiro apresenta o número de formulários disponíveis (6);
- b) O segundo permite verificar se há formulários em modo rascunho (0);
- c) O terceiro mostra quantos formulários estão arquivados (2).

**Caso não encontre essa situação deverá comunicar à área de salvaguardas.**

Para registar as ocorrências deve clicar na opção "FORM". Para acessar ao formulário de registo deve clicar em "open". **Certifique-se de que clicou no "open" e não no "copy"**. O formulário está organizado para acolher as ocorrências registadas no caderno de reclamações ou via telefone a partir de dois pontos de entrada:

1º. Participação/Notificações de cadastramento/Revisão de dados: tem como finalidade registar notificações/participações de cadastramento, selecção dos bairros/aldeias e notificações de carácter administrativo;

2º. Queixas/Reclamações: para registar as queixas/reclamações que venham a ocorrer no decurso do processo.

Para o efeito, o qualificador e as respectivas variáveis está organizado da seguinte forma:

- **Os qualificadores A, B, C D**, têm a ver com o 1º tipo de registo de ocorrências “participação/notificações”;
- **Os qualificadores de EE a G**, têm a ver com as queixas e reclamações;
- O qualificador referente ao encaminhamento que visa ajudar a perceber o desfecho de cada uma das ocorrências classificando-as como. Tratado (T), Em tratamento (ET) e Não Tratado (NT).

Embora, eles sejam visualizados no conjunto, os mesmos só são accionados, em função da tipologia de registo que se quer efectuar. O SPREC permite ainda verificar o número de vezes que o utente registou uma mesma ocorrência.

4. Passos para a validação dos registos: a validação dos dados registados é uma etapa é da responsabilidade dos Chefes de Departamento Provincial. A mesma obedece aos seguintes passos:

- i. Clique na opção “Dados (Data)”
- ii. Do lado esquerdo clique na opção “Table” ou “Tabela”
- iii. Seleccione o formulário que pretende corrigir, clicando no quadrado;
- iv. Clique no lápis para editar o formulário e fazer as correcções necessárias;
- v. No fim da correcção deve fazer a gravação do mesmo para que as alterações sejam actualizadas. Após isso, o sistema emite a seguinte mensagem: “ Submissão bem sucedida. Agora você será redireccionado”, na qual deve clicar no “OK”.
- vi. Volte para a tabela, na segunda coluna “Validation Status”, seleccione a opção de validação: “não aprovado”, “aprovado” ou “em espera”

5. Período de inserção de dados no SPREC: Os departamentos provinciais do IDL-FAS devem inserir as ocorrências registadas no mês até ao dia 10 do mês seguinte. A área de salvaguardas, depois do dia 10 procede à triagem dos dados referentes ao mês anterior, solicita esclarecimentos necessários aos Departamentos Provinciais e presta a assistência técnica necessária para uma melhor eficiência da plataforma.

## VIII. MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS

### 8.1. Envolvimento de partes interessadas nas actividades de monitorização

É elaborado um relatório trimestral sobre o estado de implementação das NAS e os respectivos instrumentos, com um enfoque particular para a implementação do PEPI e serão monitorados os principais indicadores pelo IDL-FAS, conforme Tabela 13.

Reuniões com as PI, com uma periodicidade trimestral, serão convocadas para discutir e revisar os principais indicadores de envolvimento das partes interessadas. As partes interessadas (pessoas afectadas e interessadas)

terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de consulta do projecto e o que deve ser mudado no processo de implementação do PEPI, de modo a torná-lo mais eficaz.

A avaliação do Projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do PEPI (especialmente os principais indicadores e actividades) e recomendará melhorias.

Tabela nº 13 – Indicadores para monitorização das actividades

Actividades do PEPI	Indicadores de Monitorização
Divulgação de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tempo despendido (em dias) pela equipa do projecto em actividades de divulgação de informação</li> <li>• Orçamento despendido em actividades de divulgação de informação</li> <li>• Nº de acessos ao site do projecto</li> <li>• Nº e % de acessos por tipologia de documento disponível para consulta</li> </ul>
Realização de consultas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tempo despendido (em dias) pela equipa do projecto em consultas</li> <li>• Orçamento despendido em actividades de consulta</li> <li>• Nº de consultas realizadas</li> <li>• Nº e % de consultas realizadas por método (reuniões presenciais, reuniões virtuais, grupos focais, entrevistas, workshops, audiências públicas, outros conforme aplicável)</li> <li>• Níveis de participação nos eventos de consulta realizados (total e desagregados por género e grupos vulneráveis)</li> </ul>
Integração da visão das PI no Projecto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de incorporação de recomendações/sugestões das PI no desenho do projecto</li> <li>• Nº de alterações realizadas no manual operacional do Projecto para integrar contributos recebidos das PI</li> </ul>
Reporte às PI sobre as actividades de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reporte às PI sobre as actividades de envolvimento</li> </ul>
SPEREC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Número total de reclamações recebidas</li> <li>• Número e % de reclamações elegíveis e não elegíveis</li> <li>• Número e % de reclamações por categoria (Meio Ambiente, Social, VBG, Desempenho dos Projectos)</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Número e % de reclamações por status de atendimento (por exemplo, reconhecimento pendente, sob investigação, encerrada, em recurso)</li><li>• Número e % de reclamações resolvidas/encerradas no prazo previsto</li><li>• Número e % de queixas reconhecidas no prazo previsto</li><li>• Tempo médio (em dias) de resolução/encerramento de reclamações/queixas</li><li>• Grau de satisfação dos utentes que registaram ocorrências (%)</li></ul>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## 8.2. Feedback às Partes Interessadas (PI)

O objectivo de um plano de envolvimento das partes interessadas é dar oportunidade para que as partes interessadas e afectadas do Projecto expressem suas opiniões, interesses e preocupações sobre o Programa, garantindo que os benefícios do projecto se acumulem para os membros da comunidade. É obrigatório que o IDL-FAS, através dos canais de comunicação existentes, informe aos interessados, mostrando como as contribuições e preocupações das PI foram abordadas, bem como as que não foram incluídas, explicando as razões. Se as PI não estiverem satisfeitas, elas podem usar o SPEREC para apresentar queixas relacionadas aos impactos do projecto ou, em relação ao processo de consulta e envolvimento implementado pelo Projecto.

**Anexo 1 – Tabela nº 14 - Stakeholders Identificados**

Partes Interessadas Institucionais	Grau de influência nos resultados do Projecto	Grau de Impacto que o projecto vai ter sobre eles	Posição face ao Projecto	Como o Projecto vai poder engajar as Partes Interessadas
	Alto; médio; baixo	Alto; médio; baixo	Apoio; Neutro; Oposição	Temas fundamentais (TF); métodos (M)
Ministra de Estado para os Assuntos Sociais do Presidente da República	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Alta Direcção e coordenação da Comissão técnica intersectorial <b>M:</b> Relatórios, reuniões e encontros de coordenação trimestrais.
Ministério das Finanças (MINFIN)	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Participação na Comissão Intersectorial <b>M:</b> Relatórios, reuniões e encontros de coordenação trimestrais, planos de comunicação e linhas estratégicas
Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Co-Coordenação institucional do projecto. <b>M:</b> Workshops; grupos focais; encontros de coordenação;
Ministério da Administração do Território (MAT)	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Co-Coordenação <b>M:</b> Relatórios, reuniões
FAS – Instituto de Desenvolvimento Local	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Implementação do projecto. <b>M:</b> Workshops; grupos focais; encontros de coordenação;
Banco Mundial	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Normatização; Captação de Fundos. <b>M:</b> Relatórios, reuniões
Bancos comerciais	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Pagamentos aos beneficiários <b>M:</b> Relatórios, encontros de coordenação
Agência Gestora/desenvolvedora do Sistema (SIIPS)	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Actualização e manutenção do Sistema <b>M:</b> Relatórios, encontros de coordenação
ADECOS	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> cadastramento dos Agregados Familiares, trabalho comunitário, sensibilização, acompanhamento das famílias <b>M:</b> Encontros, capacitação, grupos focais
Ministério da Economia e Planeamento (MEP)	Médio	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Avaliação do impacto, plano de desenvolvimento nacional, monitoria e avaliação <b>M:</b> Relatórios, encontros, dados
Instituto Nacional de Estatística (INE)	Médio	Médio	Apoio	<b>TF:</b> Mapas de pobreza, registo dos Agregados Familiares <b>M:</b> Encontros, workshops
Ministério da Justiça e Direitos Humanos (MINJUSDH)	Médio	Médio	Apoio	<b>TF:</b> Documentos de identificação pessoal (registo de nascimento, bilhete de identidade) <b>M:</b> Encontros de coordenação
Ministério da Administração pública, Trabalho E Segurança Social (MAPTSS)	Alto	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Trabalho, proteção social <b>M:</b> Encontros, relatórios
Ministério da Saúde (MINSa)	Medio	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Testagem COVID, serviços e campanhas de saúde <b>M:</b> Encontros de coordenação
Ministério da Educação (MED)	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Serviços educativos <b>M:</b> Encontros de coordenação

Ministério da Cultura (MINCULT)	Alto	Medio	Apoio	<b>TF:</b> Coordenação nas áreas do património cultural, da criação artística e literária da acção cultural da investigação científica no domínio da história das línguas nacionais e da cultura <b>M:</b> Encontros de coordenação
Ministério do Ambiente (MINAMB)	Alto	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Protecção, preservação e conservação da qualidade ambiental, controlo da poluição, áreas de conservação e valorização do património natural <b>M:</b> Relatórios, workshops
Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS)	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Comunicação institucional e estratégica do programa e da reforma dos subsídios. <b>M:</b> Encontros de coordenação, planos de comunicação estratégica, estratégias de comunicação, relatórios, workshops
Ministério da Defesa Nacional (MINDEN)	Baixo	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Segurança das populações, apoio no processo de cadastramento e pagamento dos AF <b>M:</b> relatórios
Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF)	Alto	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Áreas de intervenção zonas rurais, inclusão produtiva <b>M:</b> Encontros de coordenação, relatórios
Ministério do Interior (MININT)	Medio	Medio	Apoio	<b>TF:</b> segurança interna, defesa dos direitos e garantias constitucionais dos cidadãos; apoio no processo de pagamento dos AF <b>M:</b> Encontros de coordenação, relatórios
Governos provinciais	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Coordenação provincial, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASIs, serviços de saúde e educação, comunicação <b>M:</b> Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Gabinete Provincial de Accção Social e Igualdade de Género	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Apoio técnico no acompanhamento aos CASI <b>M:</b> Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Direcções provinciais do FAS	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Coordenação operacional a nível provincial, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASI, serviços de saúde e educação, comunicação, ADECOS <b>M:</b> Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Administrações municipais	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Coordenação municipal, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva (seleção das actividades em conjunto com os beneficiários), CASIs, serviços de saúde e educação, comunicação <b>M:</b> Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Adm. Comunais / distritais	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Coordenação comunal/distrital, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASI, serviços de saúde e educação, comunicação <b>M:</b> Encontros de coordenação, relatórios, workshops, matérias de comunicação, capacitação.
Comissão de moradores	Alto	Alto	Apoio/Oposição	<b>TF:</b> Registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASI <b>M:</b> Encontros de coordenação, grupos focais, matérias de comunicação, capacitação

Autoridades tradicionais (sobas)	Alto	Alto	Apoio/Oposição	<b>TF:</b> registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, CASI <b>M:</b> Encontros de coordenação, grupos focais, matérias de comunicação, capacitação
Aut. Minorias étnicas (khoisan)	Alto	Alto	Apoio /Oposição	<b>TF:</b> Beneficiários do projecto <b>M:</b> Reuniões, grupos focais
<b>Comunicação Social</b>				
Meios de comunicação social		Alto	Apoio/Oposição	<b>TF:</b> Experiências de outros países, comunicação estratégica do programa e a reforma dos subsídios. <b>M:</b> Café de Ideias, workshops, relatórios.
Fazedores de opinião		Alto	Apoio /Oposição	<b>TF:</b> Experiências de outros países, comunicação estratégica do Projecto. <b>M:</b> Café de Ideias, workshops, relatórios.
<b>Sector Privado</b>				
Cooperativas	Medio	Medio	Apoio	<b>TF:</b> Participação em consultas públicas <b>M:</b> Reuniões, grupos focais
Empresas de telefonia móvel	Alto	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Comunicação, pagamentos móveis <b>M:</b> Relatórios, encontros de coordenação
<b>ONGS</b>				
ADPP	Baixo	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Inclusão produtiva <b>M:</b> Workshops, reuniões de coordenação, materiais de Comunicação, capacitação
World Vision	Baixo	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Participação em consultas públicas
Federação Luterana Mundial	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Associação Observatório de Políticas Públicas na Perspectiva de Género (ASSOGE)	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	<b>TF:</b> Participação em processos de consulta pública <b>M:</b> Entrevista grupal
Plataforma Mulheres em Acção (PMA)	Médio	Baixo	Apoio /Oposição	<b>TF:</b> Participação em processos de consulta pública <b>M:</b> Entrevista grupal
Forum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	<b>TF:</b> Participação em processos de consulta pública <b>M:</b> Entrevista grupal
Associação construindo comunidades (ACC)	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	<b>TF:</b> Participação em processos de consulta pública <b>M:</b> Entrevista grupal
Federação Angolana das Pessoas com Deficiência (FAPED)	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	<b>TF:</b> Participação em processos de consulta pública <b>M:</b> Entrevista grupal
Associação de Empregadas Domésticas de Angola (AEDA)	Medio	Baixo	Apoio /Oposição	<b>TF:</b> Participação em processos de consulta pública <b>M:</b> Entrevista grupal
Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA)	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Organização não Governamental de Intervenção Comunitária (Fundação CODESPA)	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
CARITAS de Angola	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria

Organizações das Nações Unidas				
United Nations Children's Fund (UNICEF)	Alto	Medio	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Baixo	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)	Baixo	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Médio	Médio	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
United States Agency for International Development (USAID)	Baixo	Baixo	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Sociedade Civil				
OSISA - Fundação Open Society	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
DW - Development Workshop Angola	Baixo	Baixo	Apoio /oposição	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Academia				
Centros De Estudos Da Universidade Católica	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Observatório Político-social De Angola – OPSA	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Igrejas				
Conselho de Igrejas Cristãs de Angola	Alto	Medio	Apoio/Oposição	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Igrejas em geral	Alto	Medio	Apoio/Oposição	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
Igreja Evangélica dos Irmãos em Angola (IEIA)	Alto	Alto	Apoio	<b>TF:</b> Agências de implementação da IP. <b>M:</b> Encontros, relatórios, visitas de monitoria
<b>Beneficiários</b>	Alto	Alto	Apoio/Oposição	<b>TF:</b> Registro e seleção dos beneficiários, monto, duração e frequência do pagamento das transferências monetárias, CASI, inclusão produtiva <b>M:</b> campanhas de comunicações, informações e educação do projecto, materiais de comunicação.



## ANEXO 2: RELATÓRIO DAS CONSULTAS REALIZADAS (PREPARAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO)

**Fase de Preparação:** Refere-se ao período de Março a Maio de 2019.

QUESTÕES CHAVE LEVANTADAS	RESPOSTA DO MASFAMU
<p>Existem vários programas que proporcionam transferências monetárias e outros benefícios sociais. É muito importante que os ministérios e departamentos relevantes dentro dos ministérios coordenem e sincronizem os seus programas.</p>	<p>O MASFAMU toma nota deste ponto válido. Eles e os outros ministérios-chave estão a discutir a melhor forma de coordenar os vários programas.</p>
<p>O Projecto precisa de ser bem concebido e baseado em investigação de alta qualidade e indicadores claros. Caso contrário, há um risco de captura de elite. Outros riscos incluem a privacidade de dados pessoais e conflitos sobre recursos.</p>	<p>O MASFAMU está muito empenhada no objectivo de conceber um programa baseado em investigação e análise exaustivas.</p>
<p>É uma boa ideia pilotar primeiro este Projecto em alguns dos municípios (Cacuaco, por exemplo, é uma boa escolha), pois é politicamente arriscado, dado o impacto de acabar com os subsídios e o facto de algumas pessoas serem elegíveis para os benefícios do Projecto e outras que se encontram em comunidades próximas não o serão. Além disso, alguns beneficiários vão querer que os fundos sejam concedidos para além dos 12 meses do Projecto, mas outros querem minimizar o risco de dependência das transferências monetárias.</p>	<p>O MASFAMU tem vindo a efectuar extensas consultas para obter aconselhamento sobre a selecção dos municípios e a concepção de um plano de comunicação eficaz para explicar como funciona o programa, a sua linha temporal, quem é elegível para os benefícios e porquê.</p>
<p>A ideia de proporcionar transferências monetárias às mulheres é muito positiva. As mulheres em Angola estão a mover a economia, mas enfrentam desafios reais em matéria de igualdade de oportunidades de emprego, cuidados infantis, conflitos/quebras intra-familiares e VBG/EAS, sendo este último um legado de violência social pós-guerra, bem como de desigualdade de rendimentos.</p>	<p>O Projecto está empenhado em utilizar várias estratégias de comunicação/sensibilização/socialização para mitigar os riscos de danos e promover oportunidades económicas e sociais para as mulheres e jovens. O projecto inclui um plano de acção VBG/EAS.</p>
<p>Ao seleccionar os 40 municípios para o Projecto, é importante compreender as condições de vida, os preços dos alimentos, os mercados, etc., para avaliar correctamente os níveis de pobreza. Por exemplo, AKz 5000,00 por agregado familiar pode</p>	<p>O MASFAMU tem feito análises rigorosas sobre este assunto e continua a aperfeiçoar a sua avaliação e indicadores.</p>

não ir muito longe numa zona urbana/peri-urbana.

É fundamental fazer análises económicas e sociais sólidas sobre quem são os mais pobres nos 40 municípios do Projecto e a divisão entre zonas urbanas/peri-urbanas elegíveis e zonas rurais. Por exemplo, embora as pessoas nas zonas rurais possam utilizar menos transportes do que nas zonas urbanas/peri-urbanas, dependem dos transportes para levar os seus produtos ao mercado. Também pode haver o risco de as pessoas migrarem de zonas rurais para zonas urbanas/peri-urbanas, a fim de terem acesso aos benefícios do Projecto.

As comunicações são essenciais para promover a confiança sobre o programa e não aumentar as expectativas. O Projecto tem o potencial de complementar os esforços para ajudar a juventude angolana a evitar a violência e promover a construção de uma paz mais ampla num país do pós-guerra.

É essencial um mecanismo de reclamação robusto, uma vez que haverá muitas queixas sobre o Projecto, dados os desafios no registo adequado dos beneficiários e os conflitos sobre a elegibilidade para o Projecto.

Em áreas onde não existem bancos, o Projecto tem de ser concebido para fornecer o dinheiro de uma forma segura e eficiente.

Os cartões sociais devem ser como cartões de débito e utilizados para necessidades básicas autorizadas. O Projecto deve basear-se na experiência de outros países, como a África do Sul.

A informação para registar pessoas no programa da rede de segurança social pode ser derivada dos registos eleitorais. O governo deve aproveitar a informação que já possui.

O MASFAMU regista o ponto e continua a analisar a situação, tendo também em conta vários contributos das partes interessadas.

O Projecto inclui uma estratégia de comunicação substancial, bem como um sólido Plano de Envolvimento das Partes Interessadas e uma componente de Envolvimento do Cidadão. Haverá um envolvimento constante com as partes interessadas neste projecto.

O Projecto inclui um mecanismo de reclamação. Existe também um mecanismo de reclamação laboral para os trabalhadores do projecto.

MASFAMU está a planear utilizar cartões, mas toma nota das propostas de utilização de telemóveis para as transferências e irá analisar mais aprofundadamente esta questão.

O MASFAMU toma nota do ponto e irá considerar esta questão mais aprofundadamente.


O MASFAMU toma nota do ponto e examiná-lo-á mais aprofundadamente.

**Fase de Implementação: Refere-se ao período de Maio de 2020 a Maio de 2022**

 <b>REUNIÃO DE CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS NO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA PROTECÇÃO SOCIAL – KWENDA ENCONTRO COM DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS E OSC SOBRE A INCLUSÃO PRODUTIVA</b>	
<b>TEMA: INCLUSÃO PRODUTIVA</b>	
<b>OBJECTIVOS:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecer as experiências de Inclusão produtiva dos parceiros tendo em vista a elaboração da estratégia de IP do PFPS-KWENDA.</li></ul>	
<b>TEMAS APRESENTADOS NA CONSULTA/ QUESTÕES:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação geral do PFPS-KWENDA</li><li>• Partilha de experiências pelas instituições presentes;</li><li>• Lições aprendidas</li><li>• Recomendações/sugestões para o IDL-FAS</li></ul>	
<b>DATA: 06/10//2020</b>	<b>Provincia:</b> Luanda  <b>Local:</b> Sede do IDL-FAS
<b>SOBRE OS PARTICIPANTES</b>	
<b>Moderação:</b> Equipa de consultores do IDL-FAS  <b>Modalidade do encontro:</b> híbrida (online e presencial)  <b>Hora:</b> 09h00'	<b>Nº de participantes: 18</b>  Instituição do Governo (MASFAMU, INEFOP) e MINAGRI (Projecto MOSAP) e 10 Organizações da Sociedade Civil (OCADEC, Caritas de Angola, ADRA, ADPP, IEIA, FMEA, CODESPA, FLM)
<b>RESUMO DA ACTIVIDADE E PRINCIPAIS CONTRIBUTOS POR INSTITUIÇÃO</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• As instituições participantes partilharam as suas experiências no âmbito do sector económico-productivo e ficaram de partilhar com o IDJ-FAS informações sobre a sua intervenção;</li><li>• A metodologia a adoptar no trabalho com os parceiros não se deve restringir aos critérios de orientação e definição dos doadores, mas considerar, em primeira instância, a situação económica e produtiva do país e os resultados dos estudos sobre a pobreza multidimensional;</li><li>• Não é recomendável o financiamento de iniciativas de projectos de grupos de produtores constituídos maioritariamente por membros da mesma família, sob pena de se colocar em causa o retorno dos empréstimos e a sustentabilidade do processo;</li><li>• É importante ter em conta/disponíveis informações sobre as cadeias de valor, fornecedores e mercados;</li><li>• As instituições e organizações presentes mostraram disponibilidade em cooperar com o IDL-FAS na implementação da subcomponente de Inclusão Produtiva.</li></ul>	



**Fase de Reestruturação:** Refere-se ao período de revisão dos documentos do Projecto (Maio-Junho de 2022)



**REUNIÃO DE CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS NO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA PROTECÇÃO SOCIAL – KWENDA**  
**ENCONTRO\_DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS)**

**TEMA: REESTRUTURAÇÃO DO PFPS-KWENDA**

**OBJECTIVOS:**

1. Informar a relevância e a pertinência dos CASI no quadro da Municipalização da Acção Social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento;
2. Registrar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no Projecto, com enfoque na Municipalização da Acção Social (MAS)/CASI);
3. Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto;
4. Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.

**TEMAS APRESENTADOS NA CONSULTA/ QUESTÕES:**

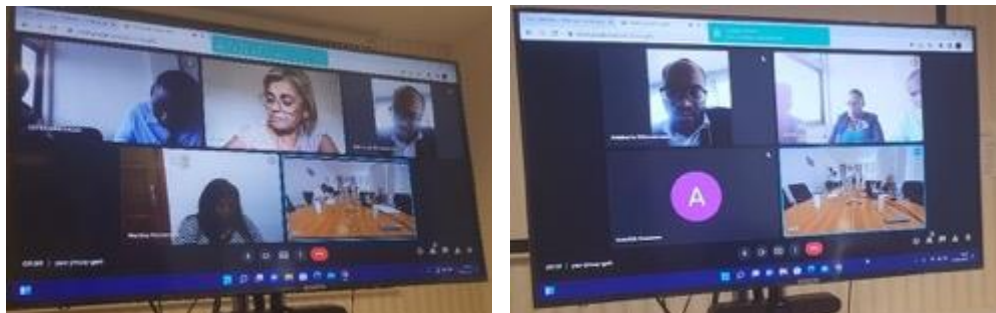
**Questão 1:** De que forma lhe têm chegado os resultados do trabalho desenvolvido pelo seu sector no âmbito da MAS? Quais têm sido os maiores constrangimentos e desafios colocados? Pode dar-nos dois exemplos concretos de como o seu departamento Ministerial através das administrações locais está a operar nos CASIS, nomeadamente algumas actividades/acções?

**Questão 2:** O projecto de fortalecimento da protecção social em Angola passa essencialmente pela Municipalização da Acção Social. Como o seu Ministério pode contribuir para as acções da MAS a nível local?

**Questão 3:** Considera que a expansão dos CASI e naturalmente uma política baseada na Municipalização da acção social pode ajudar a tomar decisões ou a reformular projectos no seu sector? De que forma?

<p><b>Questão 4:</b> Considera relevante que o IDL-FAS, por via do Projecto de Fortalecimento da Protecção Social, financiado com um crédito do Banco Mundial apoie a reabilitação de infraestruturas locais disponibilizadas pelas Administrações Municipais para o funcionamento dos CASI?</p>	
<p><b>Questão 5:</b> Caso o Projecto apoie a implantação desses equipamentos sociais, como será garantida a sua sustentabilidade, nomeadamente em termos dos recursos humanos com o perfil técnico adequado (educadores sociais, psicólogos, sociólogos), cobertura de despesas administrativas e de manutenção do equipamento social)?</p>	
<p><b>DATA:</b> 25/05/2022</p>	<p><b>LOCAL:</b> Luanda</p>
<p><b>SOBRE OS PARTICIPANTES</b></p>	
<p><b>Moderação:</b> Equipa de consultores do FAS-IDL</p> <p><b>Modalidade do encontro:</b> online</p> <p><b>Hora:</b> 09h00'</p>	<p><b>Nº de participantes desagregados por sexo</b></p> <p><b>Homens:</b> 2</p> <p><b>Mulheres:</b> 3</p>
<p><b>RESUMO DA ACTIVIDADE E PRINCIPAIS CONTRIBUTOS, POR DEPARTAMENTO MINISTERIAL</b></p> <p><u>MAT:</u> Reforçou o Papel deste Ministério no âmbito das funções que lhe são cometidas na comissão intersectorial, acompanhamento/supervisão do projecto, e o papel de implementação do projecto por parte do FAS. Refere a importância do envolvimento e da coordenação das iniciativas sociais locais (ONG's, sector privado) cuja função está concentrada/reservada à Administração Municipal (Direcção Municipal da Acção Social). Considera de grande importância a expansão dos CASI's e o papel de influência destes equipamentos na reformulação de projectos do sector.</p> <p>É da opinião de que a sustentabilidade dos CASI deve ser garantida via OGE, tendo questionado sobre a existência de informação disponível sobre os custos de manutenção mensal dos CASI. Sobre este assunto reforça a necessidade de uma proposta de concertação.</p> <p><u>MASFAMU:</u> Este Departamento Ministerial já está a trabalhar no levantamento de informação que permita mostrar os resultados e o impacto dos CASI na Municipalização e na vida das famílias. É fundamental o MAT, MASFAMU e MINFIN, analisem e concertem opiniões tendo em conta os custos versus benefícios destas infraestruturas, evidenciar as acções dos CASI dirigidas para as pessoas, contrariando apreciações que versam objectivos de construção de mais infraestruturas. Reforço da necessidade de se desenvolver acções de advocacia sobre este assunto. Os resultados no âmbito da MAS/ CASI chegam por via dos Gabinetes Provinciais da Acção Social, Família e Género (GASFIG) que reportam à Direcção Nacional da Acção Social (DNAS), mais concretamente ao Departamento que acompanha as acções realizadas pelos CASI's através de relatórios ajudam a fazer o acompanhamento desses equipamentos. Como exemplo de uma coordenação intersectorial foi referido o trabalho desenvolvido pelos CASI do Moxico e do Bié, financiados no âmbito do APROSOC, onde os CASI's identificam as necessidades e chamam todos os sectores (saúde, educação, registo civil, entre outros) e traçam o plano de acção social para responder às necessidades resultantes da auscultação das comunidades. Este Plano de Acção é validado pelo Administrador Municipal que autoriza a sua execução, quer orçamental quer das acções aí previstas.</p> <p>Referiu o trabalho da maioria dos CASI na componente de referenciação dos agregados familiares para outros serviços sociais e a elaboração do cadastramento dos Agregados Familiares no Sistema de Informação Geral da Acção Social (SIGAS), na maior parte dos casos em formato físico devido às dificuldades de acesso à internet pois o sistema não está preparado para receber dados <b>off-line</b>.</p> <p>Reforça a importância da reabilitação dos CASI no âmbito do projecto de Fortalecimento da Protecção Social (financiamento do BM), tendo em conta os grandes objectivos do projecto e o trabalho que é realizado por estes equipamentos sociais junto das populações. Manifesta a implantação das antenas dos CASI nas comunas como elemento facilitador, apesar de sobressaírem as deslocações dos técnicos às aldeias para acompanhamento das famílias.</p> <p>Sobre a sustentabilidade dos CASI e a expansão da municipalização da acção social (MAS) são ponderadas algumas medidas, nomeadamente; financiamento com recursos a outros Programas do Governo, como; o PIIM e o programa de combate à pobreza, situação que requer maior sensibilidade dos Administradores Municipais a esta matéria. Contudo, todas as possíveis respostas passam por orientações de nível mais alto, pela necessidade da criação de uma rubrica no OGE para financiar a MAS, pois de outra forma a médio e longo prazo a municipalização da acção social não terá a sustentabilidade necessária e os resultados não serão os desejados. Este Departamento Ministerial vem internamente discutindo estas questões e que o Combate à Pobreza deveria assumir também essa componente para termos uma visão de sustentabilidade e continuidade as acções após o término dos projectos.</p> <p>Reafirma a importância do Projecto assumir a reabilitação dos CASI tendo em conta os objectivos deste Projecto e nesta fase de implementação/extensão do programa a função do IDL-FAS como operacionalizador.</p>	

**MINFIN:** A instituição que representa concorda com a extensão do Projecto e afirmou que da última reunião que tiveram com BM falou-se da reabilitação dos CASI, atendendo o papel que os CASI têm na consecução do projecto e no apoio ao sector social. Referiu que estão de acordo com a reabilitação dos CASI nos moldes agora apresentados, pois irá permitir neste momento a sustentabilidade das acções dos CASI no âmbito de uma possível institucionalização do Projecto (já em fase de análise aprofundamento). Quanto ao futuro da manutenção e sustentabilidade, a discussão passa obrigatoriamente pelos fundos do GoA.



**REUNIÃO DE CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS NO PROJECTO DE FORTALECIMENTO DA PROTECÇÃO SOCIAL – KWENDA**

**ENCONTRO\_ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

**TEMA: REESTRUTURAÇÃO DO PFPS-KWENDA**

**OBJECTIVOS:**

1. Informar a relevância e a pertinência dos CASI no quadro da Municipalização da Acção Social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento;
2. Registrar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no Projecto, com enfoque na Municipalização da Acção Social (MAS)/CASI;
3. Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto;
4. Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.

**INFORMAÇÕES/TEMAS/QUESTÕES APRESENTADAS NA CONSULTA:**

**Questão 1:** De que forma lhe têm chegado os resultados do trabalho desenvolvido pelo seu sector no âmbito da MAS, em particular os serviços prestados pelos CASI?

**Questão 2:** O Projecto de Fortalecimento da Protecção Social em Angola passa essencialmente pela Municipalização da Acção Social. De que forma podem ser um espaço de coordenação de iniciativas locais orientadas para os mais vulneráveis?

**Questão 3:** Considera que a expansão dos CASI e naturalmente uma política baseada na Municipalização da Acção Social pode ajudar a tomar decisões ou a reformular projectos no sector social? De que forma?

**Questão 4:** Considera relevante que o IDL-FAS, por via do Projecto de Fortalecimento da Protecção Social, financiado com um crédito do Banco Mundial apoie a reabilitação de infraestruturas locais disponibilizadas pelas Administrações Municipais para o funcionamento dos CASI?

**Questão 5:** Com a vossa experiência como acham que o CASI pode vir a ser sustentável?

**DATA: 08/06/2022**

**HORA: 14h00'**

**LOCAL:** OSC das Províncias de Benguela, Cuando Cubango, Huambo, Huíla, Moxico

**SOBRE OS PARTICIPANTES**

<b>Moderação:</b> Equipa de consultores do FAS-IDL	<b>Nº de participantes desagregados por sexo: 5</b>
<b>Modalidade do encontro:</b> online	Homens: 4
<b>OSC:</b> ADRA, WORLD VISION, FLW, FUNDAÇÃO PIEDOSO	Mulheres: 1
<b>RESUMO DA ACTIVIDADE E PRINCIPAIS CONTRIBUTOS</b>	
<b><u>ADRA - HUILA E HUAMBO</u></b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ <b>Os CASI são equipamentos sociais de extrema importância.</b></li><li>✓ <b>Conhecimento limitado sobre o funcionamento dos CASI.</b></li></ul>	
Esse conhecimento está relacionado com o projecto Kwenda e pelo trabalho que têm desenvolvido em parceria com o IDL-FAS, nomeadamente na componente 2 /subcomponente da inclusão produtiva,	
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ <b>Alargamento e maior abrangência da função dos CASI com a integração de mais serviços</b></li></ul>	
Dar respostas em outros âmbitos que possam estar relacionados com os projectos de inclusão produtiva, como exemplo proceder à legalização de associações)	
Proceder à Reabilitação das infraestruturas, mas fazer análise caso a caso, pois existem municípios onde existem poucas infraestruturas e a construção pode trazer mais valias; é preciso ter em conta as condições das infraestruturas já existentes, pois muitas não tem condições/não estão adaptadas.	
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ <b>A sustentabilidade futura dos CASI passa por uma aprovação da MAS em termos de política pública para que ela possa ser cabimentada no orçamento das administrações. A Reabilitação dos CASI deve ser equacionada também no âmbito do PIIM.</b></li></ul>	
As Administrações são, os principais actores de desenvolvimento local e no processo de desconcentração e descentralização é a sua responsabilidade proverem recursos que assegurem o funcionamento e a sustentabilidade do CASI.	
Urgente de congregar todos estes actores, neste diálogo para que se sintam parte do processo. Reforça o envolvimento /participação das administrações e a importância das consultas públicas e a auscultação dos municípios. “As soluções de momento não são sustentáveis no futuro”.	
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ <b>O IDL-FAS e o Projecto de Fortalecimento da Protecção Social neste momento têm que dar resposta actividade da reabilitação.</b></li></ul>	
<b><u>WORLD VISION - BENGUELA</u></b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ <b>CASI são unidades de referência importantes.</b></li><li>✓ <b>Conhecimento limitado do funcionamento dos CASI/ Verifica-se articulação com os ADECOS mas no acompanhamento de situações de malária.</b></li></ul>	
A WV revela que tem conhecimento da fase inicial na implementação dos primeiros CASI, no Bié e manifesta que estes são de facto unidades de referência, reforça as questões de acessibilidade/localização das infraestruturas e dá o exemplo das situações de pessoas com deficiência.	
Refere o acompanhamento que fazem a casos de gestão simples da comunidade, principalmente em situações de malária, em parceria com os ADECOS.	
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ <b>Reabilitação das infraestruturas são importantes, e neste momento este alargamento é favorável, mas a construção de novas infraestruturas cria mais valias para o Municípios.</b></li></ul>	
Refere que para a expansão/desenvolvimento dos municípios a construção de infraestruturas muitas vezes é boa pois é um exemplo para que outros actores façam também coisas novas, dá vida aos municípios.	
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ <b>A sustentabilidade do CASI, têm de ser analisadas nos níveis de decisão superior, pelo que há necessidade urgente de se fazer advocacia junto das administrações.</b></li></ul>	
Neste momento tem sido os ADECOS a assegurar em termos de recursos humanos sem qualquer vínculo com as Administrações. Têm recebido muitas vezes o apoio de algumas organizações da sociedade civil, situação que não favorece o desenvolvimento de um trabalho com responsabilidade.	

- ✓ **Grande limitação dos Recursos Humanos para o funcionamento dos CASI, requer Investimento na capacitação do pessoal das Administrações com acções de formações e de refrescamento.**

Referência à província do Uíge, municípios do Songo e Damba, onde refere o trabalho desenvolvido na localidade da Damba onde sabe que a intervenção do CASI se tem focado na identificação de pessoas, crianças sobretudo para registo de nascimento. Refere que no Songo, tem informações de que o IDL-FAS irá apoiar a reabilitação de um CASI.

- ✓ **Necessidade de maior proximidade com as Administrações locais por forma a aproveitar os fundos do Orçamento do Município para sustentar o funcionamento;**
- ✓ **Reforço do trabalho conjunto entre todos os intervenientes, privados e públicos.**

Desenvolver um modelo de contribuições de vários actores como empresários e outros, existindo já experiências locais de articulação entre OSC, Autoridades tradicionais e os cidadãos locais. Olhar para as especificidades locais no sentido do aproveitamento de recursos com o envolvimento de parceiros que podem contribuir.

- ✓ **Urgente que o reforço do processo de descentralização e transferência de poderes de decisão (planeamento e orçamento) se efective de facto.**

Já existindo alguns avanços de consulta alargadas para definir as opções estratégicas e prioridades de investimento, mas nem sempre as necessidades locais são satisfeitas pelos orçamentos aprovados ao nível central.

#### **FLW- FEDERAÇÃO LUTERANA DO MOXICO**

- ✓ **Relevância do papel dos CASIS não só com a função junto as populações mais vulneráveis, reforça maior proximidade entre o Estado e as populações**
- ✓ **Trabalho de Advocacia junto das Administrações Municipais, sendo eles os responsáveis pela sustentabilidade dos CASI**

Refere que este processo da cabimentação dos recursos humanos por parte das administrações tem sido um processo complexo e complicado e relembra aquando do “encerramento” do APROSOC, (Camanongue e Lucussi) ; ficou claro que a administração asseguraria a remuneração dos activistas sociais com recursos do Programa de Combate à pobreza, mas houve falta de informação/desconhecimento, pois concluíram que não tinham forma legítima de o fazer, pois as rubricas para orçamentação não estavam previstas. Esta situação criou uma desmoralização por parte dos activistas. Este processo foi semelhante no Uíge.

- ✓ **O Projecto Kwenda é um reforço no momento actual mas futuramente tem que ser equacionado nos níveis superiores**

**OBS:** Todos os participantes revelam interesse em perceber melhor o enquadramento dos CASI no processo de fortalecimento da protecção social, pelo que, a facilitadora fez uma retrospectiva do processo da Municipalização da Acção Social (MAS) que teve o seu início em 2016, enquadrou o mesmo no processo de descentralização e desconcentração dos serviços. Introduziu a importância destes equipamentos sociais como porta de entrada das pessoas vulneráveis, a sua função de coordenação na intervenção da Acção Social ao nível dos municípios. Foram dados exemplos do papel efectivo do CASI no cadastramento, referenciação e acompanhamento das famílias em casos concretos, como situações de violência baseada no género, crianças em situação de abandono escolar, tratamento de documentos de identificação. Foi igualmente referido o papel dos ADECOS neste âmbito. Enquadrou também as questões ligadas aos projectos de inclusão produtiva e outros projectos comunitários.







REUNIÃO DE CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS NO PROJECTO DE FORTALECIMENTO DA PROTECÇÃO SOCIAL – KWENDA

GRUPO FOCAL\_MULHERES

TEMA: REESTRUTURAÇÃO DO PFPS-KWENDA

OBJECTIVOS:

- 1) Informar a relevância e a pertinência dos CASI no quadro da Municipalização da Acção Social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento;
- 2) Registrar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no Projecto, com enfoque na Municipalização da Acção Social (MAS)/CASI;
- 3) Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto;
- 4) Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.

INFORMAÇÕES/TEMAS APRESENTADOS NA CONSULTA:

- No Município a que instituição tem recorrido para tratar desses assuntos? Quais tem sido as maiores dificuldades?
- Acha importante a existência de um serviço semelhante neste município? Porquê?
- Tem conhecimento se a infraestrutura que foi indicada pela Administração Municipal para o funcionamento do CASI é propriedade do estado ou é de uma pessoa particular?
- Sabe se os terrenos adjacentes ou a volta da infraestrutura, são da Administração ou de particulares?
- A localização do futuro CASI facilita o acesso a todos os moradores vindos dos bairros e aldeias mais próximos e mais distantes? Não vão ter dificuldades em identificar o CASI?

DATA: 07/06/2022

Província: Huambo

Município: Cachiungo

LOCAL: Boa Esperança/Chiumbo

SOBRE OS PARTICIPANTES

Moderador: Directora do FAS Huambo

Modalidade da consulta: Grupo Focal

Hora: 11h20'

Nº de participantes desagregados por sexo

Homens:


Mulheres: 12

RESUMO DA ACTIVIDADE E PRINCIPAIS CONTRIBUTOS

**Grupo focal de Mulheres:** A instituição recorrida para tratar os documentos é a Administração, par casos de violência doméstica é a Polícia, e os sobas, igrejas, a maior dificuldade é a falta de transporte para a deslocação a Sede. O CASI vai ser muito importante porque vai ajudar a resolver muitos problemas da comunidade, violência doméstica e fuga a paternidade, apoiar os idosos, falta de documentos. A infraestrutura e os terrenos ao lado do CASI pertecem ao Estado. É muito fácil chegar ao CASI, basta chegar no Cine da Administração Municipal de Cachiungo, ao lado será a infraestrutura indicada para o CASI.

	
 <p><b>REUNIÃO DE CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS NO PROJECTO DE FORTALECIMENTO DA PROTECÇÃO SOCIAL – KWENDA</b></p> <p><b>GRUPO FOCAL_AUTORIDADES TRADICIONAIS</b></p>	
<b>TEMA: REESTRUTURAÇÃO DO PFPS-KWENDA</b>	
<p><b>OBJECTIVOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informar a relevância e a pertinência dos CASI no quadro da Municipalização da Acção Social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento;</li> <li>• Registar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no Projecto, com enfoque na Municipalização da Acção Social (MAS)/CASI;</li> <li>• Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto;</li> <li>• Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.</li> </ul>	
<p><b>INFORMAÇÕES/TEMAS APRESENTADOS NA CONSULTA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Acha importante a existência de um serviço semelhante neste município? Porquê?</li> <li>➤ Tem conhecimento se a infraestrutura que foi indicada pela Administração Municipal para o funcionamento do CASI é propriedade do estado ou é de uma pessoa particular?</li> <li>➤ Sabe se os terrenos adjacentes ou a volta da infraestrutura, são da Administração ou de particulares?</li> <li>➤ A localização do futuro CASI facilita o acesso a todos os moradores vindos dos bairros e aldeias mais próximos e mais distantes? Não vão ter dificuldades em identificar o CASI?</li> </ul>	
<p><b>DATA: 25/05/2022</b></p>	<p><b>Província:</b> Huíla <b>Município:</b> Cacula</p> <p><b>LOCAL:</b> Tunda-Vite vivali/Cacula</p>
<b>SOBRE OS PARTICIPANTES</b>	
<p><b>Moderador:</b> Técnicos do IDL-FAS Huíla</p> <p><b>Modalidade da consulta:</b> Grupo Focal</p> <p><b>Hora:</b> 09h30'</p>	<p><b>Nº de participantes desagregados por sexo</b></p> <p><b>Homens:</b> 9</p> <p><b>Mulheres:</b> 1</p>
<p><b>RESUMO DA ACTIVIDADE E PRINCIPAIS CONTRIBUTOS</b></p> <p>O CASI é muito importante porque ajuda a resolver os problemas da população, ajuda também a tratar da documentação, bilhetes de identidade, cédulas para as crianças, resolver conflitos e nas participações e reclamações sobre o Kwenda e vem para dinamizar a justiça social nas comunidades.</p> <p>A infraestrutura e os terrenos ao lado do CASI pertencem ao Estado. É muito fácil chegar ao CASI, bastava estar na Administração Municipal consegue ver a infraestrutura do CASI.</p>	



 <b>REUNIÃO DE CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS NO PROJECTO DE FORTALECIMENTO DA PROTECÇÃO SOCIAL – KWENDA</b> <b>GRUPO FOCAL_JOVENS</b>	
<b>TEMA: REESTRUTURAÇÃO DO PFPS-KWENDA</b>	
<b>OBJECTIVOS:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Informar a relevância e a pertinência dos CASI no quadro da Municipalização da Acção Social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento;</li> <li>2. Registrar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no Projecto, com enfoque na Municipalização da Acção Social (MAS)/CASI;</li> <li>3. Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto;</li> <li>4. Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.</li> </ol>	
<b>INFORMAÇÕES/TEMAS APRESENTADOS NA CONSULTA:</b>	
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Importante a existência de um serviço semelhante neste município? Porquê?</li> <li>2. Tem conhecimento se a infraestrutura que foi indicada pela Administração Municipal para o funcionamento do CASI é propriedade do estado ou é de uma pessoa particular?</li> <li>3. Sabe se os terrenos adjacentes ou a volta da infraestrutura, são da Administração ou de particulares?</li> <li>4. A localização do futuro CASI facilita o acesso a todos os moradores vindos dos bairros e aldeias mais próximos e mais distantes? Não vão ter dificuldades em identificar o CASI?</li> </ol>	
<b>DATA: 28/05/2022</b>	<b>Província:</b> Lunda Norte <b>Município:</b> Lóvua <b>LOCAL:</b> Muassengue
<b>SOBRE OS PARTICIPANTES</b>	
<b>Moderador:</b> Técnicos do FAS Lunda-Norte <b>Modalidade da consulta:</b> Grupo Focal <b>Hora:</b> 14h00'	<b>Nº de participantes desagregados por sexo</b> <b>Homens:</b> 10
<b>RESUMO DA ACTIVIDADE E PRINCIPAIS CONTRIBUTOS</b>	
Jovens do Muassengue Lóvua: Pensamos que o mais importante nesta infraestrutura do CASI é que os serviços estarão próximo de nós, isto vai fazer também com que as pessoas consigam sair das cidades e regressarem novamente para o campo. O que tem feito os nosso município estar despovoado é sem sobra de dúvida a questão dos serviços. Vamos só dar alguns exemplos o Lóvua não tem nenhum banco, o fucionário público e outros tem de precorrer km para ter acesso ao dinheiro, não temos o Hospital Municipal, salvo o único Centro de Saúde que o FAS construiu de lá para cá já não vimos nada, é logico que este serviços serão útil para vida dos municipes.	

A infraestrutura indicada é propriedade do estado mas temos vindo a aconselhar o senhor administrador para que esta infraestrutura seja dado o destino para as quais tinham sido criado inicialmente e não inverter. Para o CASI sugerimos que dada a inexistência de infraestrutura para reabilitação até porque o Lóvuá é um município pobre quase que não existe, o FAS construa uma outra. O terreno é propriedade da administração municipal;

O acesso é fácil está na estrada nacional pensamos que qualquer um que entrar no município não terá dificuldade de ver e chegar a infraestrutura. Mas gostaríamos de dizer que seria importante que se criassem representações ao nível de outras regedorias que ficam a 100 km, caso contrário estes serviços só vão beneficiar nós que vimos aqui próximo.



**REUNIÃO DE CONSULTA ÀS PARTES INTERESSADAS NO PROJECTO DE FORTALECIMENTO DA PROTECÇÃO SOCIAL – KWENDA  
 (GRUPO FOCAL\_HOMENS)**

**TEMA: REESTRUTURAÇÃO DO PFPS-KWENDA**

**OBJECTIVOS:**

1. Informar a relevância e a pertinência dos CASI no quadro da Municipalização da Acção Social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento;
2. Registar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no Projecto, com enfoque na Municipalização da Acção Social (MAS)/CASI;
3. Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto;
4. Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.

**INFORMAÇÕES/TEMAS APRESENTADOS NA CONSULTA:**

- Importante a existência de um serviço semelhante neste município? Porquê?
- Tem conhecimento se a infraestrutura que foi indicada pela Administração Municipal para o funcionamento do CASI é propriedade do estado ou é de uma pessoa particular?
- Sabe se os terrenos adjacentes ou a volta da infraestrutura, são da Administração ou de particulares?
- A localização do futuro CASI facilita o acesso a todos os moradores vindos dos bairros e aldeias mais próximos e mais distantes? Não vão ter dificuldades em identificar o CASI?



**DATA: 28/05/2022**

**Província: Uíge**

**Município: Mucaba**

**LOCAL: Várias aldeias**

**SOBRE OS PARTICIPANTES**

<b>Moderador:</b>  <b>Modalidade da consulta:</b> Grupo Focal  <b>Hora:</b> 14h00'	<b>Nº de participantes desagregados por sexo</b>  <b>Homens:</b> 9
<b>RESUMO DA ACTIVIDADE E PRINCIPAIS CONTRIBUTOS</b>  - Quando acontece algum conflito sobre violência doméstica, recorrem à casa do Soba ou à Promoção (Direcção Municipal da Acção Social mas essa promoção não tem um espaço adequado. As dificuldades pra tratar documentos é que muitas vezes, sobre crianças que moram com tios ou avós, não conseguem tratar porque a identificação exige a presença dos pais biológicos.  - O grupo considera muito importante porque vai permitir realizar registos das crianças e o seu reconhecimento no estado.  - O grupo afirma que a infraestrutura indicada é um antigo quartel que sempre foi propriedade do estado e continua sendo reserva do estado.  - Sobre os terrenos adjacentes, o grupo afirma que os limites são do conhecimento da Administração e pertencem ao estado.  O grupo considera de fácil acesso e localização e é um bem para a população.	
	

**Anexo 3 – Tabela nº 15 - Plano de Acção para Envolvimento das Partes Interessadas (PI)**

Objectivos	Partes interessadas alvo	Mensagens / Agenda	Meios de comunicação	Agenda / Frequência	Agências responsáveis / Grupos
<b>Fase inicial do Programa</b>					
1	Apresentar o Projecto, o Quadro de Gestão Ambiental e e Social (QGAS) e o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) para envolver as partes interessadas na sua finalização	Agências governamentais, Instituição de implementação do Programa (IDL-FAS), representantes da sociedade civil, grupos comunitários representantes, grupos de mulheres;  Representantes da Administração Municipal	a) Apresentar resumo das medidas relevantes e ações para mitigar os riscos ambientais e sociais potenciais impactos do Projecto; Prazo; Responsabilidade/ autoridade e recursos/Financiamento comprometido e Data de Conclusão.  b) Apresente do Projecto (Identificação das PI, e métodos de comunicação)	Reuniões / consultas públicas e / ou reuniões individuais.  Março a Maio 2019  Uma reunião pública e reuniões individuais organizadas para discutir QGAS	MASFAMU  IDL-FAS
2	Apresentar documentos revistos e obter entradas dos seguintes instrumentos das partes interessadas:  Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS),  Avaliação de Risco de Violência Baseada no Género (GBV) e plano de acção;  Quadro de Política para Minorias Etnolinguísticas (QPME);  Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS);  Procedimentos de Gestão de Mão-de-Obra (PGMO)., se for preciso	Agências governamentais, Instituição implementadora do Projecto (IDL-FAS), representantes da sociedade civil, grupos comunitários representantes, grupos de mulheres;  Representantes da Administração Municipal	a) Apresentar o Projecto - objetivos, justificativa, componentes, benefícios e beneficiários, mecanismos de implementação.  b) Programação de implementação indicativo e período, os contactos do Projecto,  c) Impactos ambientais e sociais potenciais; medidas de mitigação;  d) Descrever o Sistema de Participação e Reclamações (SPGR)	Reuniões / consultas publicas e / ou reuniões individuais e ou discussões em grupos focais  Março a Maio 2019	MASFAMU  IDL-FAS

	Objectivos	Partes interessadas alvo	Mensagens / Agenda	Meios de comunicação	Agenda / Frequência	Agências responsáveis / Grupos
3	Divulgar os documentos finalizados do QGAS, QPGV, PGMO e Plano de Acção VBG, se for preciso	MASFAMU, MAT, IDL-FAS, entidades governamentais líderes comunitários/administrações locais e provinciais, académicos / ONGs  Grupos de mulheres, sociedade civil, Banco Mundial.	Mensagem de e-mail para aconselhar as partes interessadas da divulgação e onde ter acesso aos documentos divulgados.  Anúncio no Jornal local	Faça o upload em sites de agências governamentais, incluindo MASFAMU; BM e outros. Cópias em lugares localmente acessíveis. E-mail cópias para indivíduos, organizações chave. <a href="http://www.worldbank.org">www.worldbank.org</a> ; <a href="http://www.masfamugov.gov.ao">www.masfamugov.gov.ao</a> ; <a href="http://fasangola.com">http://fasangola.com</a> .	Único e re-divulgar sempre que houver alguma revisão significativa	MASFAMU  IDL-FAS
4	QGAS do contratante	Contratante; IDL-FAS, BM	Rever e avaliar a suficiência da QGAS dos contratantes.	Troca por e-mail	Em curso até QGAS do contratante é considerado aceitável.	IDL-FAS
<b>Fase de Implementação: Transferências monetárias: Registo, inscrição e pagamentos aos beneficiários.</b>						
5	O Projecto de transferência de dinheiro	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades e governos locais, agência de pagamentos, ONGs  Académicos, grupos de mulheres, sociedade civil	Componentes do Projecto: focalização, benefícios, sistemas de entrega	Reuniões  Rádio, Televisão, jornais  Comunicação Social  Folhetos informativos	Lançamento do Projecto, como estratégia de entrada em cada Província e/ou município alvo, plano anual de implementação	IDL-FAS
6	Processos operacionais do Projecto de transferência de dinheiro	Comunidades e governos locais, agência de cadastramento e de pagamentos, ONGs, ADECOS, beneficiários	Processos de Projecto: sistemas de registo, inscrição, pagamentos, mecanismo de queixas e reclamações	Reuniões, sensibilização nas comunidades  Folhetos informativos	Estratégia de comunicação específica para o processo de transferência de dinheiro, alinhada ao plano de pagamentos anual	IDL-FAS

Desenvolvimento de um sistema eficaz de redes de protecção social: Inclusão produtiva e capital humano.						
7	Componente de inclusão produtiva	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades e governos locais, ONGs, ADECOS, beneficiários	Informações gerais sobre o componente de inclusão produtiva	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social Folhetos informativos	Lançamento do projecto, várias vezes de acordo com o ciclo de implementação do projecto	IDL-FAS
8	CASI, serviços e projectos comunitários para as populações vulneráveis	Público em geral, todas as agências governamentais, Comunidades e governos locais, ONGs, ADECOS, académicos, sociedade civil	Informações gerais sobre os CASI	Reuniões Rádio, Televisão, jornais Comunicação Social Folhetos informativos	Frequentemente	IDL-FAS GASFIGs
Aprimoramento do sistema e ferramentas de gestão e tratamento queixas e reclamações						
9	Resolver as ocorrências recebidas pelo Projecto	SPEREC/IDL-FAS e instituições afins de âmbito municipal e provincial e área de salvaguardas sociais e ambientais	Existência do SPEREC, procedimentos de registo e tratamento das ocorrências (SPEREC, Linha verde)	Linha verde, reuniões	Tratamento imediato das ocorrências nos casos em que é possível e encaminhamento das ocorrências para as instituições afins nos casos em que se justifique	IDL-FAS & instituições locais afins
10	Levantamento de dados sobre as comunidades tradicionais	Governos Provinciais OSC Administrações Municipais Homens, mulheres, jovens	Fazer o levantamento de informações chave para dar suporte ao trabalho a ser realizado nos municípios em que se encontrem grupos etnolinguísticos minoritários (san, Vatwa) e subgrupos do grupo bantu (como caçadores-colectores, pastoris, agro-pastoris e comunidades nómadas).	Entrevista estruturada semi- Grupo Focal	De forma sistemática e de acordo com as necessidades do Programa	IDL-FAS & instituições locais afins
11	Mapeamento de serviços de apoio a vítimas de VBG	Governos Provinciais OSC Administrações Municipais Autoridades Tradicionais Homens, mulheres, jovens	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mapeamentos da qualidade dos serviços de apoio às vítimas de VBG nos municípios alvo do Projecto;</li> <li>Melhorar a percepção sobre a abordagem de casos de VBG pelas instituições afins e a nível das comunidades;</li> </ul>	Entrevista estruturada semi- Levantamento de informação	De forma sistemática e de acordo com as necessidades do Programa	



		<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir uma estratégia efectiva para acompanhamento e tratamento de casos de EAS/AS e VBG ocorridos no quadro da implementação do PFPS-KWENDA que engaje o IDL-FAS e os parceiros de implementação instituições públicas de âmbito nacional, provincial e local que desempenhem um papel relevante no tratamento dos casos, acompanhamento e protecção às vítimas.</li> </ul>	Constatação in loco da existência dos serviços Identificação das necessidades de reforço de capacidades			
<b>Reestruturação do Programa</b>						
12	Realização da consulta às Partes Interessadas nos 12 municípios seleccionados	Departamentos Ministeriais Agências das Nações Unidas ONG's Administrações Municipais Grupos focais com autoridades tradicionais, mulheres, homens e jovens	<ol style="list-style-type: none"> <li>Informar a relevância e a pertinência dos CASI no quadro da Municipalização da Acção Social (MAS) e o processo da sua criação e funcionamento;</li> <li>Registar os pontos de vista e percepções das pessoas que podem ser afectadas ou tenham interesse no Projecto, com enfoque na Municipalização da Acção Social (MAS)/CASI;</li> <li>Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto;</li> </ol> Recolher as contribuições e expectativas das partes interessadas que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar a prestação de serviços dos CASI em funcionamento.	Encontros institucionais  Grupo Focal	Maio a Junho de 2022	IDL-FAS

## ANEXO 4: Formulários de Registo de Ocorrências

FORMULÁRIO 1: DE REGISTO DE OCORRÊNCIAS NO SPEREC (TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS MONETÁRIAS)				
Territorialização	Província	Município	Comuna	Bairro/aldeia
Tipo de registo	Participação/notificação de cadastramento/revisão de dados		Queixa/reclamação	
Data do registo	Inserir a data em que o utente fez a reclamação (registada no caderno de reclamações)			
Nome de quem fez o registo	Inserir o nome de quem fez o registo no caderno de reclamações.			
Quantas vezes apresentou a ocorrência	1 vez	2 vezes	3 vezes	
Fase do processo	Em que fase do processo foi registada a ocorrência: - Selecção e validação dos bairros/aldeias e povoações - Cadastramento - Validação das Listas (Comunitária e Institucional) - 1º Pagamento - 2º Pagamento - 3º Pagamento - 4º Pagamento			
Quem apresentou a ocorrência	- Governo (Administração Municipal/Comunal) - Autoridades Tradicional - Supervisor(a) - ADECOS - Prestadores de Serviços - O/A Beneficiário(a) - Não Beneficiário (a) – ocorrência relacionada a um(a) beneficiário(a) - Não Beneficiário(a) - Fonte anónima (em caso de denúncias)			
Identificação de quem apresentou a ocorrência	Nome	Género Masculino/Feminino	Como pode ser contactado (telefone, soba, ADECOS, CASI, professor,....)	
Natureza da ocorrência	A. Cadastramento/recadastramento B. Notificações administrativas C. Erros de exclusão (focalização geográfica) D. Notificações de não elegibilidade (validação institucional) EE. Erros de Exclusão EI. Erros de Inclusão F. Pagamentos G. Ética e Violência Baseada no Género (VBG)			
Encaminhamento	CT. Caso Tratado ET. Em Tratamento		Data de tratamento da ocorrência	

	NT. Não Tratado	
Lançamento no SPEREC	Data	Nome do quem fez o registo da ocorrência

FORMULÁRIO 2: DE REGISTO DE OCORRÊNCIAS NO SPEREC (INCLUSÃO PRODUTIVA)				
Territorialização	Província	Município	Comuna	Bairro/aldeia
Tipo de registo	Participação/notificação de cadastramento/revisão de dados		Queixa/reclamação	
Data do registo	Inserir a data em que o utente fez a reclamação (registada no caderno de reclamações)			
Nome de quem fez o registo	Inserir o nome de que fez o registo no caderno de reclamações.			
Quantas vezes apresentou a ocorrência	1 vez	2 vezes	3 vezes	
Fase do processo				
Quem apresentou a ocorrência	- Governo (Administração Municipal/Comunal) - Autoridades Tradicional - ADECOS - O/A Beneficiário(a) - Prestadores de Serviços - O/A Beneficiário(a) - - Não Beneficiário(a) - Fonte anónima (em caso de denúncias)			
Identificação de quem apresentou a ocorrência	Nome	Género Masculino/Feminino	Como pode ser contactado (telefone, soba, ADECOS, CASI, professor,....)	
Natureza da ocorrência	A. Cadastramento e selecção B. Ética e Violência Baseada no Género (VBG) C. Kits de Inclusão Produtiva D. Higiene e Segurança no Trabalho EE. Erros de Exclusão EI. Erros de Inclusão			
Encaminhamento	CT. Caso Tratado ET. Em Tratamento NT. Não Tratado		Data de tratamento da ocorrência	
Lançamento no SPEREC	Data	Nome do quem fez o registo da ocorrência		